



RELATO INTEGRADO 2021



HOME E SETAS

Clique no ícone para retornar ao sumário e navegue pelas páginas por meio das setas

MENU

Navegue pelos capítulos pelo menu superior

**Como navegar
pelo documento**

RELATO INTEGRADO

2021

Sobre este Relato

O ano de 2021 apresentou os primeiros sinais de uma volta gradual à normalidade após um período atípico e muito difícil para todos nós.

Aos poucos o mundo se recupera desta crise causada pela pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19), que tem gerado grandes impactos sociais e econômicos. Mesmo após um grande processo de adaptação, o principal objetivo do Sistema CFC/CRCs continua sendo o aprimoramento e o auxílio constante à classe contábil no cumprimento de seu papel essencial nesse momento: atuar na mitigação da crise e na retomada do desenvolvimento socioeconômico do país. E, para atingirmos esse objetivo no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) nos adaptamos às mudanças ocasionadas pelo período pandêmico, realizamos diversos eventos e reuniões em formato híbrido e virtual, potencializamos nossos canais de comunicação e seguimos com abordagens sistemáticas sobre nossos planos de governança e atividades-fim, registro, desenvolvimento profissional e fiscalização.

Dessa forma, o objetivo deste Relato é apresentar as principais práticas, atividades, inovações e investimentos que realizamos ao longo do ano de 2021 para viabilizar o pleno funcionamento do CRCPR, mesmo diante dos períodos de adversidade. É importante ressaltar que o Relato Integrado chega à sua quarta edição e se tornou uma das nossas principais ferramentas de divulgação de informações relevantes, sendo um instrumento fundamental para o acompanhamento e mensuração de nossas ações e resultados. Agradecemos o empenho e a dedicação de todos os nossos colaboradores e parceiros que foram fundamentais para o alcance de todos os resultados aqui apresentados.

Desejo a todos uma boa leitura!

Contador **Laudelino Jochem**
Presidente do CRCPR

Sumário

Clique e navegue pelos capítulos

Mensagem do Presidente

- Quem Somos **05**

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

- O CRCPR **07**
- Ambiente Externo..... **08**
- Principais canais de comunicação com a sociedade..... **10**
- Cadeia de Valor..... **11**

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

- Fluxo de Operacionalização..... **13**
- Principais riscos e oportunidades..... **14**

Governança, Estratégia e Desempenho

- Estratégia..... **17**
- Estrutura e Práticas de Governança..... **18**
- Alocação de recursos..... **21**
- Resultados das áreas fim..... **22**
- Gestão de Pessoas..... **28**
- Gestão de Licitações e Contratos..... **30**

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

- Declaração do Contador **33**
- Gestão Orçamentária e Financeira **34**
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura **36**
- Gestão de Custos **36**
- Balanço Patrimonial **38**
- Demonstração das Variações Patrimoniais **39**
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido **39**
- Balanço Financeiro **39**
- Balanço Orçamentário **40**
- Demonstração dos Fluxos de Caixa **41**
- Restos a Pagar Processados **41**
- Notas Explicativas **42**

Mensagem do Presidente

Nos dois últimos anos, vivemos em meio a uma pandemia causada pelo novo Coronavírus que exigiu muito de nós, profissionais da contabilidade. Aqui no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) também fomos obrigados a repensar nosso planejamento estratégico para, com muita inovação e tecnologia aplicadas ao dia a dia, continuar cumprindo com a função institucional e marcar forte presença como aliado do bom profissional contábil. Em tempos tão difíceis, foram necessários muito trabalho, investimento e criatividade.

Para combater a disseminação do vírus e buscando manter a saúde de nossos colaboradores, o CRCPR manteve o teletrabalho para funcionários dos grupos de risco até junho de 2021, quando retomou o atendimento 100% presencial. Depois, mantivemos os devidos cuidados com relação à pandemia que ainda nos cercava, ao passo que trabalhávamos incansavelmente para reverter, na medida do possível, as danosas consequências desta abrupta transformação social trazida pelo período pandêmico. Assim, lançamos muitas ferramentas tecnológicas em projetos que vieram para apoiar e orientar os profissionais da contabilidade, como o aprimoramento da nossa comunicação que trouxe o novo website, o aplicativo para celular com notícias e serviços do CRCPR e o podcast CRCPR com discussões de temas relevantes. Iniciamos também o Banco de Oportunidades, que possibilita que empresas cadastrem vagas na área contábil e que profissionais cadastrem seus currículos. No mesmo período, lançamos também o Termo de Transferência de Responsabilidade Técnica Eletrônico, que já conta com mais de 500 registros de transferência, inclusão e desvinculação de responsabilidade técnica por profissionais da contabilidade autônomos ou responsáveis técnicos por organizações contábeis, trazendo ainda mais

transparência ao contrato ou distrato firmado com o cliente.

No Brasil e no estado do Paraná, o grande volume de novas normas publicadas pelo Governo, com o intuito de mitigar os impactos da pandemia, obrigaram as empresas e a sociedade a se adaptarem em um curto espaço de tempo, reforçando ainda mais a essencialidade do profissional da contabilidade e seu compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável do país. Cientes das dificuldades, o Sistema CFC/CRCs trabalhou para a prorrogação de diversos prazos de entregas de documentos, tais como, da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis); da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF); da transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF); e da Prestação de contas dos municípios ao Tribunais de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

O Paraná encerrou o ano com mais de 33.632 profissionais da contabilidade e 6.256 organizações contábeis registrados, o que o coloca entre os 5 maiores estados na área. Apesar do período de crise, nos últimos dois anos, o registro de profissionais e organizações no Paraná cresceu em 1,5% e 16%, respectivamente. Para que este incremento acontecesse, o CRCPR atuou em diversas frentes como na regularização de cadastros, palestras informativas para estudantes de ciências contábeis do Programa “O Contador do Amanhã” e melhorias na emissão da identidade profissional digital.

Devido ainda à pandemia, foi reduzida de 40 para 20 pontos a pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Sistema CFC/CRCs. Além disto, com as adaptações necessárias, o CRCPR investiu em mais de 70 eventos e cursos



contador Laudelino Jochem,
presidente do CRCPR

online que puderam ser realizados com segurança e estiveram ao alcance dos profissionais da contabilidade de todo o Estado, contando com mais de 26 mil inscritos. Em agosto, a 18ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Paraná foi um dos eventos realizados com sucesso de forma remota, universalizando o acesso gratuito a conteúdo diferenciado e de qualidade, com renomados palestrantes. A Convenção recebeu mais de 4 mil inscritos, de 300 cidades brasileiras.

Dando andamento às ações de Desenvolvimento Profissional, também foram realizados no formato online os tradicionais eventos Fórum do Auditor, 5º Seminário Paranaense de Perícia, 6º Seminário Jovens Lideranças Contábeis, Fórum Paranaense da Mulher Contabilista, Fórum dos Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis, 8º Encontro do Empresário Contábil, além de dezenas de lives das comissões de trabalho da entidade. O CRCPR lançou ainda uma nova ferramenta virtual para

suprir a constante demanda do profissional do estado por atualização: a Escola Técnica CRCPR. Desde maio, todas as quartas-feiras, às 9h da manhã, o CRCPR transmite, de forma gratuita, conteúdos de caráter exclusivamente técnico, que, conforme o caso, valem pontuação no PEPC-CFC. Ao longo do ano, foram transmitidos 31 episódios da Escola Técnica CRCPR, que superaram mais de 11 mil participantes ao vivo, e totalizaram mais de 28 mil visualizações.

Já na área de Relações Sociais, estreitamos o relacionamento com diversas entidades e segmentos da sociedade civil organizada, refletindo e defendendo os interesses da profissão contábil junto aos diversos setores dos quais a atuação e decisões impactam diretamente os profissionais e as empresas da área. Não podemos deixar de mencionar as parcerias bem-sucedidas entre o CRCPR e entidades como Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Também neste período, os convênios firmados pelo Sistema CFC e CRCPR com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT); Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR); Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná (SEFA); Receita Federal do Brasil (RFB) e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia trouxeram dinamismo à atividade fiscalizatória. Essas permitiram o acesso a bases de dados que identificaram centenas de empresas e profissionais sem registro ativo junto ao CRCPR, que estavam sediados na jurisdição e que possuíam objeto social de atividades de contabilidade, perícia contábil ou auditoria, bem como ocupavam cargos de natureza contábil. Depois disto, 790 organizações e 440 profissionais regularizaram seu registro, coibindo o exercício ilegal da profissão, que é

uma das principais atribuições do Conselhos no que diz respeito à proteção do interesse público. Ações como essas asseguram que os profissionais e empresas contábeis concorram no mercado em condições de igualdade e que prestem serviços a seus clientes segundo os requisitos das normas contábeis.

Ainda no âmbito da Fiscalização, uma das áreas mais importantes para o Sistema CFC/CRCs, aconteceu o retorno gradual da realização de diligências presenciais, com vistas a otimizar a execução dos trabalhos de fiscalização nos estados. Além disto, foram realizadas continuamente diligências fiscalizatórias cuja motivação decorreu de denúncias, que são ferramentas imprescindíveis para o combate ao exercício ilegal da profissão. Com a advento da Resolução CFC 1.589/20, possibilitou-se a recepção de denúncias anônimas, o que intensificou as ações de fiscalização principalmente aos leigos. Em 2021, foram registradas mais de 180 denúncias, sendo 82 anônimas.

Demonstrando o caráter educativo das fiscalizações, das 2.135 notificações emitidas, o índice de regularização ultrapassou 70%. Além disto, foram julgados 1.148 processos ético-disciplinares, dos quais 570 foram arquivados em virtude da regularização, por outro lado, 578 profissionais, pessoas jurídicas ou leigos sofreram algum tipo de penalização que vai desde a Advertência Reservada à Cassação do Exercício Profissional. E nos casos dos processos movidos contra leigos e não habilitados, as decisões têm sido enviadas ao Ministério Público Estadual, levando as ações de fiscalização além da esfera administrativa, em cumprimento ao artigo 10 do Decreto-Lei 9.295/46.

Na parte administrativa, trabalhamos para a redução de despesas e otimização dos recursos, principalmente na área de gestão de patrimônios e recursos humanos. Outro foco da gestão, foi a manutenção da governança corporativa, que tem se mostrado cada vez mais eficaz em garantir a excelência, a ética e a transparência na prestação de nossos serviços. Devemos destacar os avanços relacionados a proteção de dados pessoais e segurança da informação, trabalhados na adequação da autarquia à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº 13.709, essencial para que lidemos adequadamente com os dados que nos são confiados pelos profissionais da contabilidade. Bem como, o trabalho para a implantação do código de conduta, ações de compliance e sustentabilidade.

Por fim, resalto que o Relatório Integrado de 2021, além de apresentar as atividades executadas pelo CRCPR durante o ano, é produto do gerenciamento de crise e de inúmeros desafios do período, os quais continuarão sendo enfrentados na esperança de uma recuperação contínua resultante de um esforço coletivo. O CRCPR segue seu objetivo de não poupar esforços para ajudar o estado e o país a vencerem os efeitos da pandemia o mais breve possível e continuará ampliando o seu trabalho em prol da recuperação econômica e social do país.

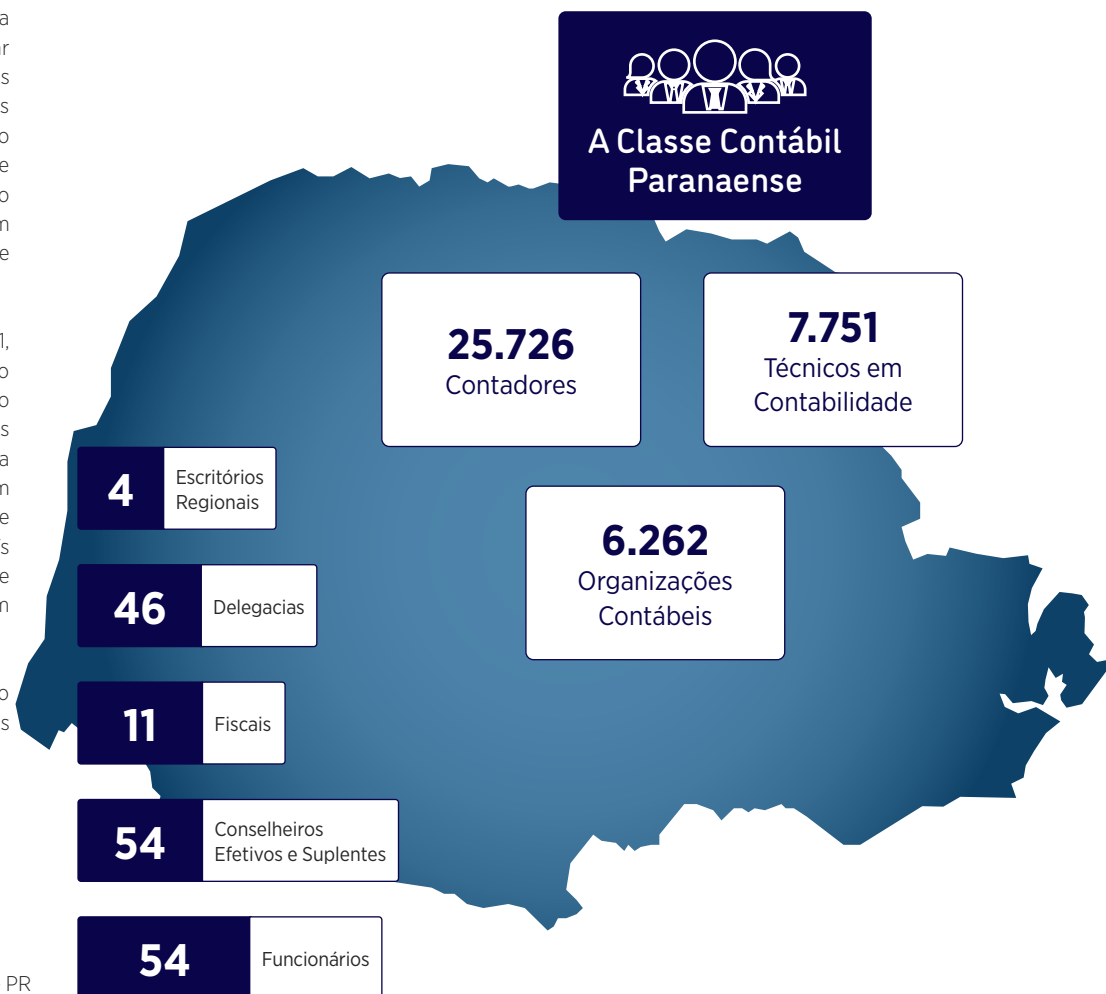
Por fim, como presidente do CRCPR, atesto a fidedignidade, precisão e completude das informações prestadas neste Relatório de Gestão.

Desejo a todos uma boa leitura!

Contador Laudelino Jochem
Presidente do Conselho Regional de Contabilidade - PR

Quem somos

Números do CRCPR





Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

O CRCPR

Criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, e alterado pela Lei nº 12.249/2010, o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) é uma Autarquia Especial Corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. O referido Decreto-Lei e a Resolução CFC 1612/2021 que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, estabelecem a estrutura, a organização e o funcionamento do CRCPR.

• São funções do CRCPR

- ✓ Registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão contábil em todo o Estado do Paraná.
- ✓ Promover a Educação Continuada, buscando assegurar à sociedade serviços profissionais executados em obediência a princípios éticos e técnicos.

• Principais normas da Entidade [clique e leia](#)

• Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

• Visão

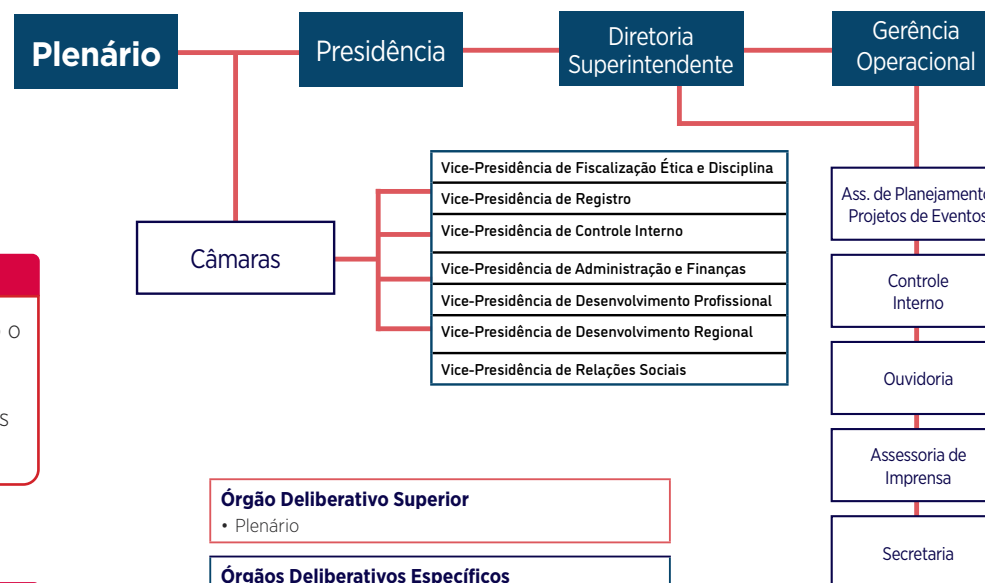
Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público

• Valores

Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

Organograma

O CRCPR apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara de Desenvolvimento Regional

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Comissões Específicas
- Grupos de Trabalho
- Assessorias Especiais

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Registro
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência de Administração e Finanças
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Regional
- Vice-Presidência de Relações Sociais

Ambiente Externo

Mitigar os impactos resultantes da pandemia de Covid-19 e ajudar na recuperação econômica e social do Brasil. Entre tantas missões da classe contábil brasileira, esta foi a principal delas no ano de 2021. Após bruscas adaptações e ações imediatistas necessárias em 2020, os profissionais da contabilidade, conscientes da responsabilidade que possuem para o desenvolvimento sustentável do País, exerceram papéis mais estratégicos para driblar a crise econômica e sanitária exercendo a essencialidade da classe contábil no estudo, interpretação, aplicação e gestão de todos os normativos criados durante a pandemia.

Nesse novo cenário, as questões ligadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e às melhores práticas de governança tornaram-se primordiais para o Sistema CFC/ CRCs e, especificamente para o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Em 2021, realizamos a análise e gestão de riscos e a manutenção das práticas de governança em todos os setores do CRCPR. Também demos início a implantação das ações que regem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para adequação da entidade.

Depois de um ano bastante atípico em 2020, que reduziu as atividades fiscalizatórias, em 2021, com o uso de ferramentas tecnológicas e inteligência artificial, viabilizadas através de parcerias, o CRCPR retomou a fiscalização eletrônica (Fisc-e), alcançando todas as jurisdições do Estado e atingindo os resultados planejados. Neste período, os convênios firmados permitiram o acesso a bases de dados que identificaram centenas de empresas e profissionais sem registro ativo junto ao CRCPR, que estavam sediados

na jurisdição e que possuíam objeto social de atividades de contabilidade, perícia contábil ou auditoria, bem como ocupavam cargos de natureza contábil. Depois disto, 790 organizações e 440 profissionais regularizaram seu registro.

Cientes de que a pandemia ainda não estava superada e continuava a fazer vítimas e impactar o cenário econômico mundial, o Sistema CFC/CRCs trabalhou para a prorrogação de diversos prazos de entregas de documentos, tais como, da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) (Ofício CFC-Direx nº 251/2021); da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) (Ofício CFC-Direx nº 291/2021); da transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) (Ofício CFC-Direx nº 648/2021); e da Prestação de contas dos municípios ao Tribunais de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Com a finalidade de reduzir os impactos sociais gerados pelo novo coronavírus, o Programa Pátria Voluntária e a Fundação Banco do Brasil desenvolveram uma campanha de arrecadação de doações voltadas para organizações sociais. Para somar forças à ação, o Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) tornou-se parceiro do projeto, contribuindo para ampliar o volume de doações arrecadadas. O PVCC no Paraná também trabalhou no incentivo a doação aos bancos de sangue, que devido à crise pandêmica, não estavam conseguindo atingir suas necessidades.

Ainda no âmbito social, o CRCPR realizou doações a entidades carentes, tanto de roupas de inverno, arrecadadas pelos

funcionários, quanto de gêneros alimentícios que se destinavam aos intervalos de eventos presenciais, que não estavam sendo realizados.

Adaptados ao mundo virtual, o CRCPR realizou diversas reuniões internas de forma remota, como plenárias e encontros com delegados representantes das regionais no Estado. No âmbito da educação profissional continuada, o CRCPR investiu em mais de 70 eventos e cursos online que puderam ser realizados com segurança e estiveram ao alcance dos profissionais da contabilidade de todo o Estado, contando com mais de 26 mil inscritos. Um dos grandes exemplos foi a 18ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Paraná, transmitida pela TV CRCPR (canal do Youtube), entre os dias 17 e 19 de agosto, que universalizou o acesso a conteúdo diferenciado com inscrições gratuitas e renomados palestrantes, recebendo mais de 4.200 inscritos, de 300 cidades brasileiras. Também foram realizados de forma remota os tradicionais eventos Fórum do Auditor, 5º Seminário Paranaense de Perícia, 6º Seminário Jovens Lideranças Contábeis, Fórum Paranaense da Mulher Contabilista, Fórum dos Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis, 8º Encontro do Empresário Contábil, além de dezenas de lives das comissões de trabalho do CRCPR. Ainda sob a égide das medidas restritivas à concentração de pessoas, o CRCPR lançou uma nova ferramenta virtual para suprir a constante demanda do profissional do estado por atualização: a Escola Técnica CRCPR. Desde maio, todas as quartas-feiras, às 9h da manhã, o CRCPR transmite, de forma gratuita, conteúdos de caráter exclusivamente técnico, que, conforme o caso, valem pontuação no Programa de Educação Profissional

Continuada (PEPC-CFC). Ao longo do ano foram transmitidos 31 episódios da Escola Técnica CRCPR, que superaram mais de 11 mil participantes ao vivo, e totalizaram mais de 28 mil visualizações.

Além disto, o Sistema CFC/CRCs, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), lançaram o programa Contador Parceiro: Construindo o Sucesso, oferecido gratuitamente e disponibilizado na modalidade de ensino à distância (EaD). O objetivo é oferecer aos profissionais da contabilidade possibilidades para a ampliação de habilidades de gestão e o fortalecimento do perfil mais estratégico e consultivo do contador.

No âmbito internacional, o Sistema CFC/CRCs esteve junto dos órgãos internacionais, como, por exemplo, da Federação Internacional de Contadores (Ifac) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), trocando experiências para o enfrentamento da crise econômica mundial.

No ano em que se comemora os 75 anos de criação do Sistema CFC/CRCs, as entidades exerceram um papel essencial aos profissionais da contabilidade para que eles pudessem garantir a saúde financeira das empresas e a assertiva gestão dos recursos públicos. Prova disso está no balanço das atividades do Ministério da Economia, divulgado no dia 17 de dezembro, que já mostra expressiva recuperação econômica e a retomada dos empregos.

De acordo com a pasta, ao longo de 2021, a economia mostrou continuidade de recuperação. Notou-se o bom resultado da atividade no acumulado do ano, crescendo 5,7% até o terceiro trimestre de 2021, ante o mesmo período do ano anterior. O destaque são os serviços que têm se recuperado consistentemente à medida que diminuem as restrições de mobilidade social e melhora a confiança de empresários e de consumidores, em grande parte devido à expansão da vacinação em massa. No tocante ao mercado de trabalho, destacou-se que, no terceiro trimestre de 2021, foram criados 3,6 milhões de vagas de trabalho, ou seja, houve aumento, em média, de 1,2 milhão de postos de trabalho por mês.

Esses últimos dois anos foram absolutamente incomuns, pois não tínhamos um outro referencial para sabermos como lidar com um momento tão singular. O que nos conforta é que, no período, apesar das turbulências, alcançamos inúmeras vitórias, quando obtivemos resultados bastante satisfatórios, especialmente no quesito “cumprimento das metas”.

Conscientes de nossa responsabilidade no sentido de assegurar o exercício da profissão, buscamos junto às autoridades federais, a adequação de prazos para cumprimento das obrigações acessórias, além de promover a orientação à classe sobre as medidas emergenciais adotadas pelo governo para salvar as empresas. Soubemos driblar a crise sanitária e chegar ao final de 2021 com a sensação do dever cumprido.

Se antes não tínhamos parâmetros para visualizar as dificuldades oriundas de um momento tão difícil, hoje temos certo know how para entendermos que somente com

a união de esforços é que conseguimos ser mais fortes. E isso foi suficiente. Unimos a força do Sistema CFC/CRCs com a das entidades parceiras e garantimos a nossa governabilidade.

Mesmo com as perdas e dificuldades familiares que muitos enfrentaram, conseguimos atravessar os obstáculos e atingimos nossas metas e cumprimos, com o nosso maior empenho, as diretrizes traçadas para o biênio garantindo o êxito da gestão e, por extensão, aos mais de 33 mil profissionais paranaenses, que deram continuidade a seu compromisso maior de contribuir com o desenvolvimento do nosso país por meio do nobre trabalho contábil.

Principais canais de comunicação com a sociedade

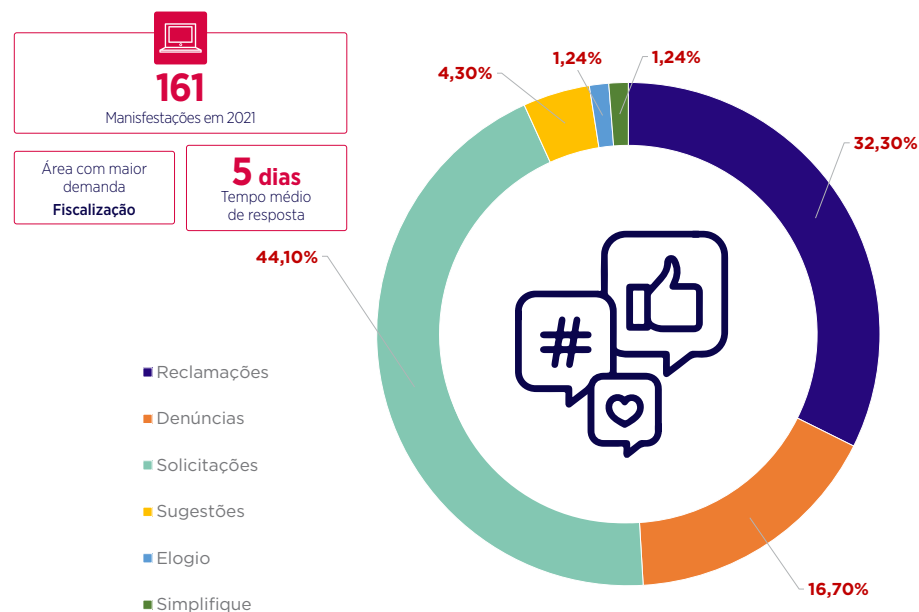
Ser transparente em suas ações é um dever que o Sistema CFC/CRCs tem para com os profissionais da contabilidade e com a sociedade em geral. De forma organizada e conjunta, o trabalho desenvolvido pelo Sistema possibilita um efetivo controle social por parte dos profissionais e cidadãos que utilizam os serviços contábeis. Este trabalho inclui a Ouvidoria, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e o Portal da Transparência e Prestação de Contas.

Ouvidoria

Ferramenta de participação e controle social que, por meio da interação com seus usuários, permite ao CRCPR aprimorar a gestão da entidade e melhorar os serviços prestados à classe contábil e à sociedade em geral.

Com foco na integridade, gestão da governança e compliance, os dados são analisados mensalmente para que a ferramenta permaneça como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCPR. Especialmente, no exercício de 2021, por meio das manifestações registradas pelos usuários, o CRCPR buscou, de forma contínua, soluções que pudessem amparar a classe e evitar que os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus fossem ainda maiores.

Mais informações [acesse](#)



Portal da Transparência e Prestação de Contas

Modalidade de transparência ativa

O CRCPR mantém disponível o Portal da Transparência, que possibilita ao cidadão conhecer, entre outras informações, a estrutura organizacional, os atos normativos, o quadro de pessoal, as licitações, os contratos, as demonstrações contábeis e o processo de prestação de contas do Conselho. As informações são atualizadas de forma periódica e a estrutura do sistema é constantemente avaliada para atendimento do interesse público.

Mais informações [acesse](#)

15.165 acessos em 2021

ASSUNTOS MAIS ACESSADOS EM 2021

Portarias	13%
Concurso Público	12%
Resoluções do CRCPR	7%
Folha de Pagamento	6%
Outros assuntos	61%

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Modalidade de transparência passiva

Com o objetivo de facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, o CRCPR disponibiliza sistema informatizado para registro de pedidos de acesso à informação.

Mais informações [acesse](#)

2021
2 Pedidos
0 Recursos

Comunicação Institucional

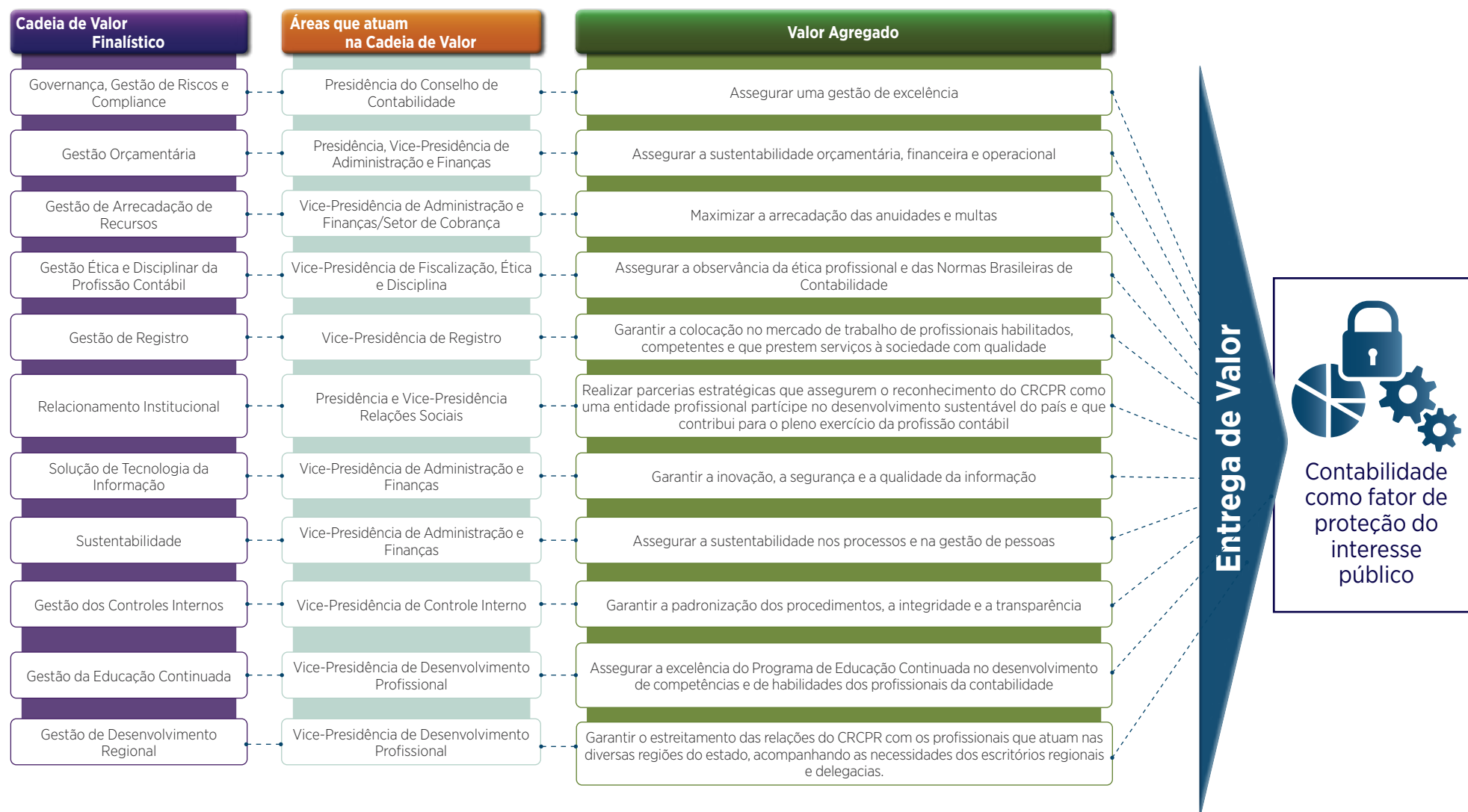
f	10.813 seguidores
in	3.594 seguidores
🐦	1.590 seguidores
📷	7.002 seguidores
▶	12.622 seguidores

Acessos ao portal do CRCPR **443.762**

Leitores do Boletim CRCPR **76.432**

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Sistema CFC/CRCs representa os quatro pilares da Lei de Regência - registrar, orientar e normatizar, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação continuada dos profissionais da contabilidade - e a forma como esses se inter-relacionam para gerar e entregar valor à sociedade, cumprindo-se, assim, a sua missão.





Riscos, Oportunidades e Perspectivas

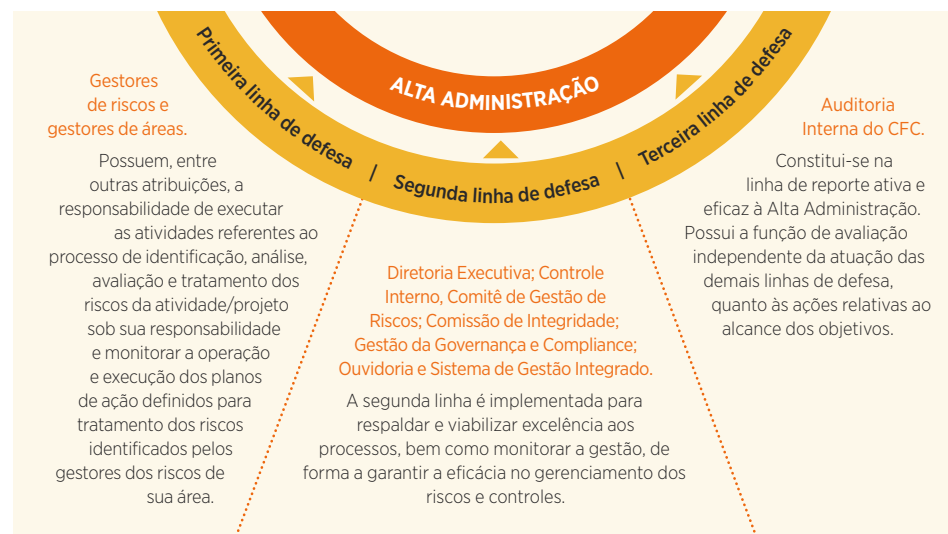
Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Para o CRCPR, a busca por entender quais são os riscos associados ao desenvolvimento de suas atividades e projetos é imprescindível para o sucesso e o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Dessa forma, as diretrizes do processo de gestão de riscos foram estabelecidas pela Resolução CRCPR nº 809/2019, que institui a Política de Gestão de Riscos – e pela Resolução CRCPR nº 810/2019 – que define o Plano de Gestão de Riscos. Enquanto a Política tem a finalidade de estabelecer os princípios, as diretrizes e as responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos, o Plano detalha a metodologia, descreve

os procedimentos a serem utilizados, os conceitos, os papéis e instrui as diretrizes de monitoramento e comunicação aos eventos de riscos identificados, sempre com vistas à concretização dos objetivos estratégicos, ao melhor uso de recursos e à maior eficiência no desempenho das ações institucionais.

Considerando as camadas de controle estabelecidas pelo CRCPR na identificação, resposta, controle e monitoramento dos riscos, o modelo de gestão de riscos do CRCPR está disposto de acordo com o seguinte diagrama:



O Comitê de Gestão de Riscos do CRCPR foi nomeado pela Portaria CRCPR n.º 071/18 e 007/21 e, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de orientar os gestores

de riscos no levantamento e na execução da Gestão de Riscos, propondo os ajustes e medidas preventivas e proativas necessárias para otimização do processo.

Fluxo de Operacionalização

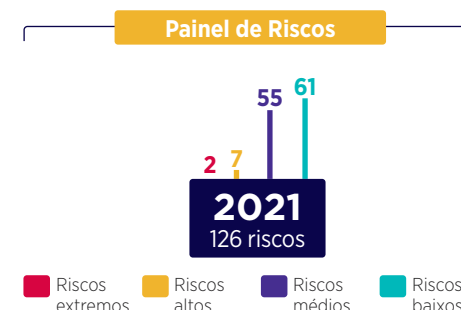


Após o estabelecimento do contexto das etapas que constituem o processo de avaliação de riscos e de definição do melhor tratamento a ser adotado, as fases de monitoramento e comunicação se configuram como etapa contínua, que ocorre durante todos os estágios do Processo de Gestão de Riscos, uma vez que asseguram o acompanhamento dos eventos de risco, suas alterações, sucessos e fracassos e possibilitam o ajuste da resposta e dos planos de ação.

Assim, com o monitoramento, todos os riscos que são classificados como altos e extremos, receberam acompanhamento especial do Conselho Diretor do CRCPR.

Nesse sentido, é fundamental que todo o corpo diretivo e funcional esteja alinhado com as diretrizes do processo de gestão de riscos e coloque em prática sua execução no âmbito

das atividades e processos desenvolvidos, pois a aplicação correta, estruturada e sistemática da gestão de riscos proporciona razoável segurança na conquista dos objetivos; na tomada de decisões; no planejamento das atividades; na redução das perdas e custos; na eficiência operacional; no uso dos recursos e, conseqüentemente, na melhoria da prestação do serviço.



Principais riscos e oportunidades

Eventos de Risco	Categoria do Risco	Risco Residual	Resposta	Plano de Ação
Instabilidade no sistema web EPC do CFC	Operacional e Reputacional	Extremo	Aceitar	O CFC tem realizado ações para regularização essa situação.
Perda de dados cadastrados no sistema EPC	Operacional e Reputacional	Extremo	Aceitar	O CFC tem realizado ações para regularização essa situação.
Baixo índice de solicitação de registro profissional comparado ao índice de aprovação no Exame de Suficiência para obtenção do registro	Estratégico	Alto	Mitigar	Estreitar o relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), subsidiando e colaborando com ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino contábil. Fomentar a realização das palestras do Projeto "O Contador da Manhã" para estudantes de ensino superior em Ciências Contábeis no Paraná.
Perda de conhecimento pelo desligamento de colaboradores do CRCPR, o que pode comprometer o andamento das atividades que eram desempenhadas por esses colaboradores.	Estratégico	Alto	Mitigar	Implementar ações que visem fomentar a gestão do conhecimento.
Deficiência na gestão contratual	Operacional	Médio	Mitigar	Elaborar plano de capacitação contínua para equipe de fiscalização contratual, de forma a garantir o atendimento às exigências legais atuais.
Não envio de guias de pagamento de anuidades e multas tempestivamente	Orçamentário	Alto	Mitigar	Fazer estudo para verificar melhor modo de envio das guias aos profissionais, como por exemplo, via e-mail ou impresso pelos correios.
Falta de controle de qualidade da resposta à manifestação feita na ouvidoria	Operacional	Médio	Mitigar	Elaborar uma pesquisa de satisfação ao final do atendimento.

Principais oportunidades e ações de fomento

Oportunidades
Atividades de desenvolvimento profissional em ambientes virtuais

Ação de fomento
O CRCPR ampliou a realização de eventos e atividades de Educação Profissional Continuada no formato online, atingindo um público maior e promovendo cada vez mais transparência, acessibilidade e democratização do conhecimento.

Oportunidades
Cooperação e integração com outras entidades

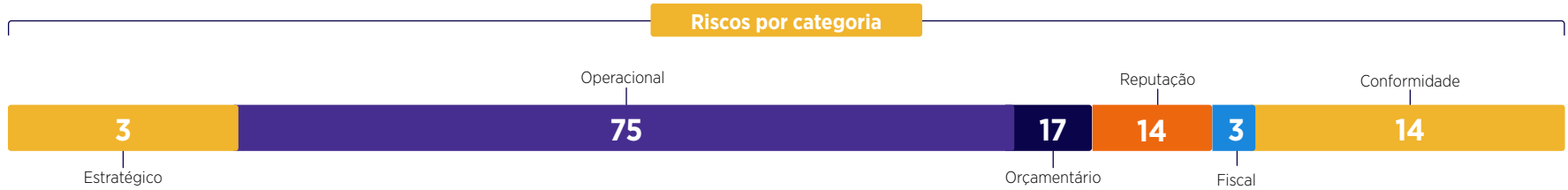
Ação de fomento
O CRCPR buscou na cooperação e integração com outras entidades uma forma de ampliar a prestação de serviços aos profissionais da contabilidade. Destacamos as seguintes parcerias celebradas em 2021: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, PUCPR e SEBRAE.

Oportunidades
Acesso a novas tecnologias

Ação de fomento
Acompanhar e implementar as inovações tecnológicas aplicáveis aos processos desenvolvidos e objetivos estratégicos do CRCPR.

Oportunidades
Divulgação pela imprensa dos trabalhos desenvolvidos pelo CRCPR

Ação de fomento
Organizar clipping digital, planejamento de Comunicação em redes sociais, site e e-mail marketing, e continuidade do envio de informações a imprensa.





Governança, Estratégia e Desempenho

CONTABILIDADE

Estratégia

O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para o decênio 2018/2027 foi aprovado pela Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018, o qual encontra-se representado em seu mapa estratégico e cujo monitoramento é realizado por meio do Sistema de Gestão por Indicadores (SGI). Por meio dos 30 indicadores estabelecidos no manual SGI, são realizados o acompanhamento das ações planejadas para os projetos/atividades e a mensuração dos resultados obtidos.

1. Gestão de Fiscalização

Investimento total:
R\$ 12.199.020,52

Projetos em destaque:

- Reuniões Regimentais **5**
- Fiscalização das organizações contábeis e profissionais da contabilidade **9**

3. Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R\$ 307.541,86

Projetos em destaque:

- Promover a Educação Continuada **9**
- Exame de Qualificação Técnica **5**

2. Gestão de Registro Profissional

Investimento total:
R\$ 471.787,96

Projeto em destaque:

- Registro de Profissionais e Organizações Contábeis **9**
- Exame de Suficiência **5**

4. Suporte e Apoio a Atividades Fins

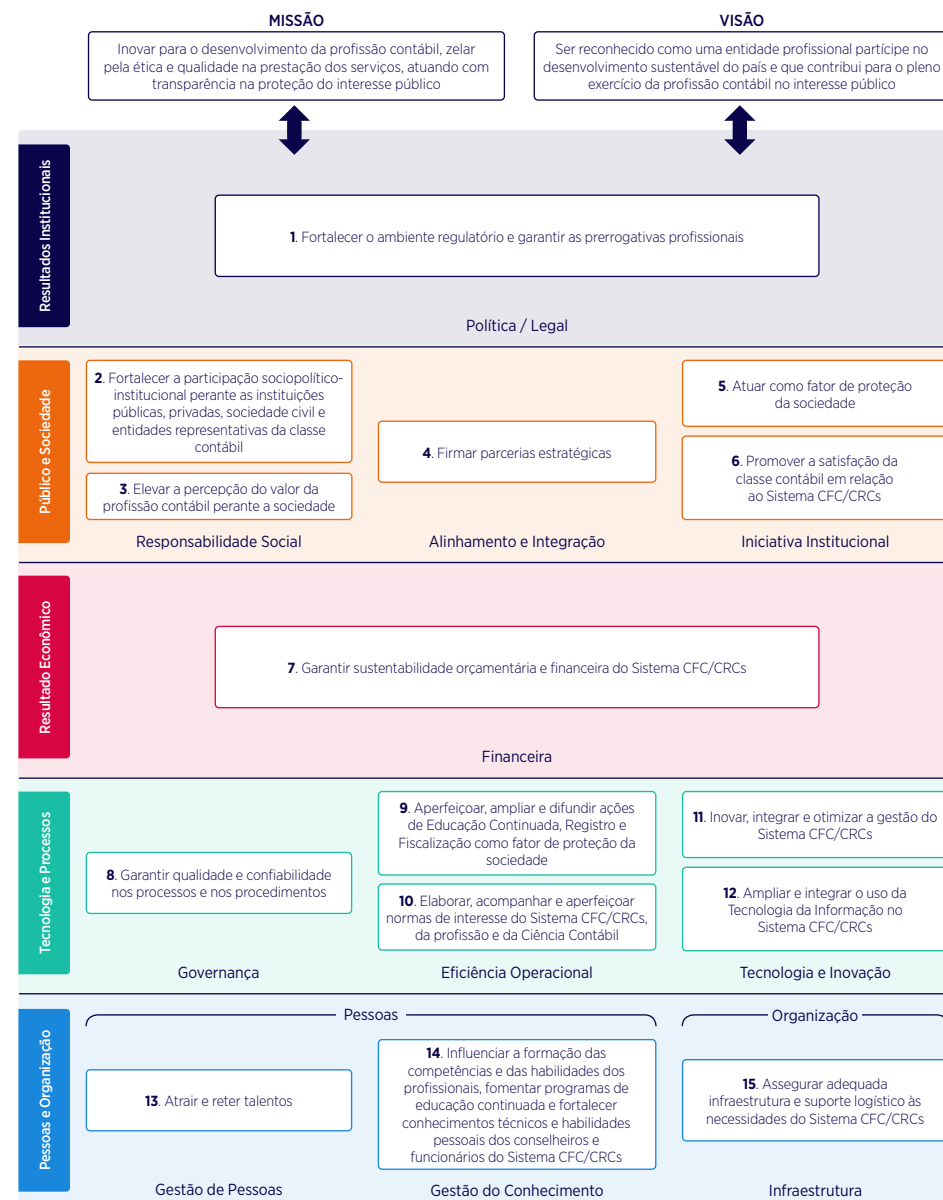
Investimento total:
R\$ 6.502.965,98

Projetos em destaque:

- Tecnologia da Informação **12**

1	16%	7 projetos
2	9%	4 projetos
3	36%	16 projetos
4	39%	17 projetos

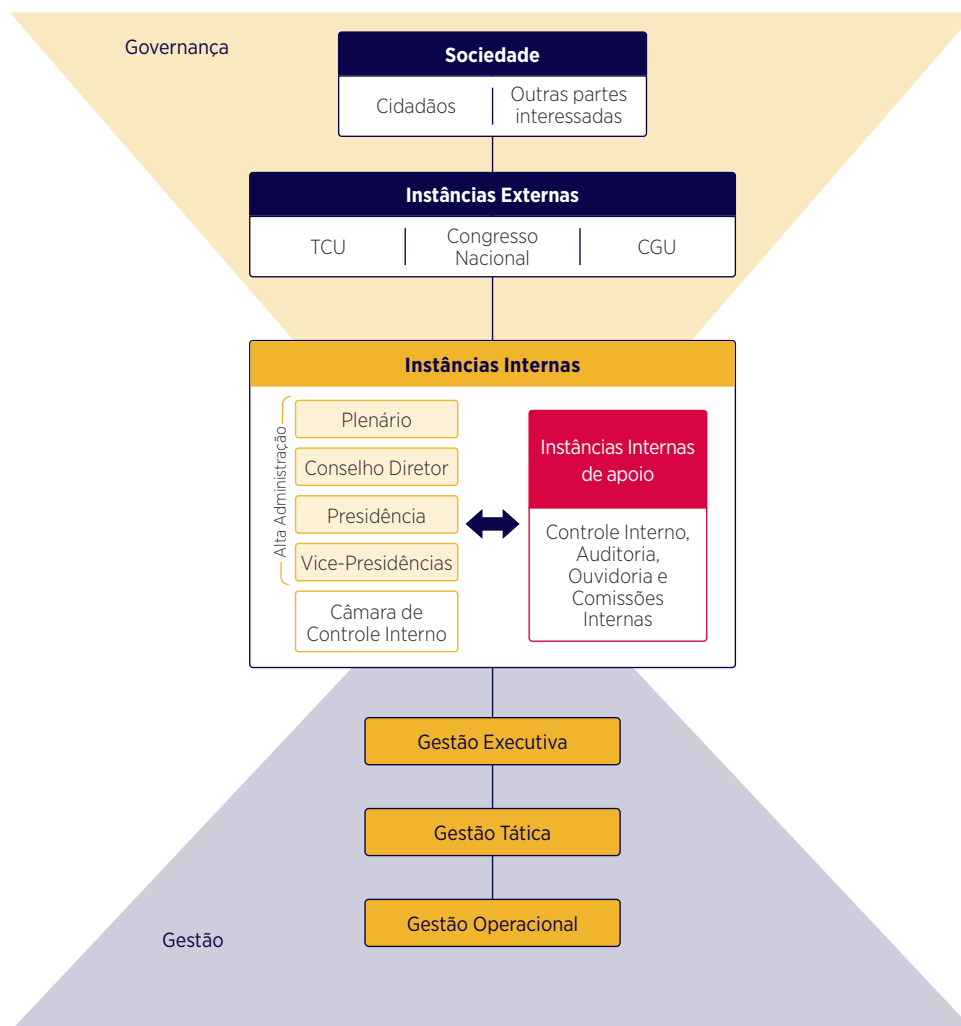
Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Governança

A Governança do Sistema CFC/CRCs está normatizada pela Resolução CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018, que definiu a estrutura de organização da Governança do CFC e a estrutura mínima a ser seguida pelos CRCs.

No CRCPR, a Governança compreende a seguinte estrutura:



No ano de 2021, a comissão de Governança, Riscos e Compliance do CRCPR, instituída pela Portaria nº 071/2018, executou diversas ações em desenvolvimento às atividades de governança no CRCPR:

Ações
<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões para aplicação da gestão de riscos em todos os setores do CRCPR;
<ul style="list-style-type: none"> Realização de pesquisa aos funcionários e colaboradores do CRCPR, com a finalidade de verificar as lacunas presentes no processo de execução e o nível de maturidade e conhecimento das práticas de Governança no CRCPR e traçar estratégias de melhoria;
<ul style="list-style-type: none"> Resposta ao questionário do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC do TCU
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de campanha de comunicação interna e envio periódico de cards informativos ao CRCPR com esclarecimentos sobre Governança, Gestão de Riscos, Conduta, Integridade e Transparência;
<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento das medidas de combate e controle do coronavírus na sede do CRCPR;
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da versão 2021 do Plano de Integridade do CRCPR;
<ul style="list-style-type: none"> Atualização da linha do tempo com os normativos aprovados em 2021;
<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento das medidas de combate e controle do coronavírus na sede do CRCPR;
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da versão 2021 do Plano de Integridade do CRCPR;
<ul style="list-style-type: none"> Atualização da linha do tempo com os normativos aprovados em 2021;
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção das informações atualizadas no menu Governança do portal do CRCPR, e
<ul style="list-style-type: none"> Realização de capacitação pelos integrantes da Comissão e demais colaboradores do CRCPR.

Além das ações citadas, a comissão também promoveu a atualização das ações do CRCPR referentes aos componentes dos mecanismos de governança – liderança, estratégia e controle – de acordo com a 3ª edição do Referencial Básico de Governança Pública Organizacional (RBG), publicada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O quadro a seguir demonstra o atendimento às práticas de Governança no CRCPR:

	Prática	Ato normativo	RGB 3.0 (2015)
Mecanismo Liderança	Estabelecer o modelo de governança	Resolução CFC nº 1543/18	L3.2
		Decreto-Lei nº 1.040/69	L3.3
		Portaria CRCPR nº 029/21	
	Promover a integridade	Resolução CRCPR nº 809/19 e 810/19	L3.4
		Portaria CRCPR nº 071/20	
		Resolução n.º 033/19, 028/21, 034/19 e 015/20	L2.1
	Promover a capacidade da liderança	Portaria CRCPR nº 071/18 e 27/21	L2.2
		Portaria CRCPR nº 033/19, 028/21, 034/19 e 015/20	L2.3
		Portaria CFC nº 123/21 e 280/20	
		Resolução CFC n.º 1.604/20	L1.1
Resolução CRCPR nº 767/15			
Portaria CRCPR n.º 005/21		L1.2	
	Resolução CRCPR 767/15 e 832/21	L1.3	
	Resolução CFC nº 1.612/21	L1.4	
	Resolução CRCPR nº 767/15		

	Prática	Ato normativo	RGB 3.0 (2015)
Mecanismo Estratégia	Gerir riscos	Resolução CRCPR nº 666/03	C1.1
		Resolução CRCPR nº 809/19	
		Resolução CRCPR nº 810/19	
	Estabelecer a estratégia	Resolução CRCPR nº 809/19	C1.2
		Resolução CRCPR nº 810/19	
		Portaria CRCPR nº 071/18 e 27/21	
		Plano de Trabalho do CRCPR	E1.4
		Relatório de Gestão	
		Resolução CFC n.º 1.543/18	E2.1
		Resolução CFC n.º 1.543/18	E2.2
Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs			
Promover a gestão estratégica	Resolução CFC nº 1.543/18	L3.1	
Monitorar o alcance dos resultados organizacionais	Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs		
Monitorar o desempenho das funções de gestão	Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício	E2.3	

	Prática	Ato normativo	RGB 3.0 (2015)
Mecanismo Controle	Promover a transparência	Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC n.º 1.439/13	E1.2
		Plano de Trabalho do CRCPR	E1.4
	Relatório de Gestão		
	Garantir a accountability	Resolução CFC nº 1.439/13	C3.1
		Resolução CRCPR nº 807/19	
		Resolução CFC nº 1.612/21	E1.3
		Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	
	Avaliar a satisfação das partes interessadas	Plano de Trabalho do CRCPR	E1.4
		Relatório de Gestão	
		Resolução CFC nº 1.439/13	C3.2
		Resolução CFC n.º 808/19	C3.4
		Resolução CFC n.º 1.523/17	
		Portaria CRCPR n.º 33/19, 028/21, 034/19 e 15/20	
	Avaliar a efetividade da auditoria interna	Resolução CFC nº 1.612/21	E1.3
Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.			
Plano de Trabalho do CRCPR		E1.4	
Relatório de Gestão			
Resolução CFC nº 1.543/18		C3.3	
Resolução CFC nº 1.101/07		L3.5	
Resolução CFC nº 1.612/21			
Resolução CRCPR nº 666/18		C2.1	
Resolução CFC n.º 1.604/20	C2.2		
Resolução CRCPR nº 767/15			
	Resolução CFC n.º 1.549/18	C2.3	
	Indicadores da Qualidade.		

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

No ano de 2021, a Comissão de Implantação da LGPD no CRCPR – Portaria CRCPR nº 031/2021 – desenvolveu um trabalho diligente na identificação do fluxo dos dados pessoais nos projetos desenvolvidos pelas Unidades Organizacionais (UOs) do CRCPR e na elaboração de normativos com a finalidade de adequação à Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para auxiliar esse trabalho, foi contratada empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em LGPD que, em conjunto com a Comissão, realizou entrevistas individuais para o levantamento e identificação dos dados pessoais tratados em cada área, com o objetivo de construir um inventário completo dos dados pessoais armazenados nas bases do CRCPR. Além disso, também foram iniciadas capacitações aos funcionários e colaboradores do CRCPR.

Demais atividades desempenhadas, relacionadas à estruturação interna em atendimento à LGPD:

- Elaboração e aprovação de 11 normativos, entre políticas, planos e termos, em adequação à LGPD (disponíveis para consulta no site do CRCPR);
- Realização de workshop de conscientização, por videoconferência, com 56 participantes, entre funcionários e colaboradores do CRCPR;
- Promoção de campanha de comunicação e envio de *cards* para divulgação e sensibilização da LGPD do CRCPR;

Sistema de Gestão Integrado

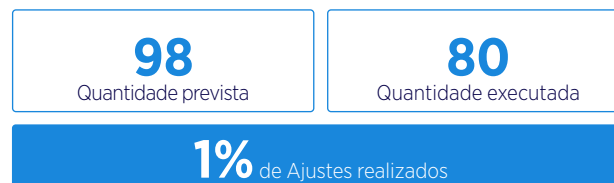
Em 2021, foi realizada a atualização e alteração da política e objetivos da Qualidade para o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI), de modo a definir diretrizes, estabelecer responsabilidades e estruturar a documentação necessária à conformidade com as normas internacionais vigentes e aplicáveis assegurando ao CRCPR os seguintes benefícios:

- Prover consistentemente produtos e serviços que atendam aos requisitos do cliente e aos requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis;
- Facilitar oportunidades para aumentar a satisfação do cliente;
- Abordar riscos e oportunidades associados com seu contexto e objetivos;

Plano Anual de Contratações

O Plano Anual de Contratações (PAC) é um documento que consolida todas as contratações e renovações que o CRCPR pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente, de modo a obter melhorias no planejamento dos itens e na governança, proporcionando maior transparência e controle neste processo, uma vez que sua divulgação integral é realizada no portal do CRCPR.

Desde 2019, o CRCPR utiliza o PAC como ferramenta de planejamento de suas contratações e renovações, realizando o acompanhamento periódico de sua execução e mantendo atuante a governança das aquisições.



Atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos

De acordo com o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, compete ao CFC aplicar penalidade aos conselheiros do CFC e dos CRCs, decorrente de infração ao Código de Conduta, e instaurar processo para apurar irregularidade praticada nas gestões do CFC e dos CRCs, que tenham ocasionado eventual dano ao Conselho, assegurando-se o contraditório e o amplo direito de defesa.

Assim, o CFC desempenha a atividade correccional de abertura de processo de sindicância e de inquérito administrativo para apurar penalidade a ser aplicada a conselheiros que pratiquem ações em descumprimento de norma legal ou regimental ou referente a processos de conduta para apuração de infração cometida. Ao CRCPR cabe o exercício da atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos, atuando por meio de instauração de processo de sindicância e inquérito administrativo e das atividades desempenhadas pela comissão de conduta para apuração de infrações cometidas por funcionários do CRCPR.

Legislação Aplicada

Resolução CFC n.º 1.612/2021 – Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 20 §1º e §4º;

Resolução CFC n.º 1.523/2017 – Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. Resolução CRCPR n.º 808/2019 – Regulamento Geral das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta no âmbito do CRCPR.

Portarias CRCPR n.º 033/2019 034/2019 e 015/2020 – Comissões de acompanhamento e avaliação de condutas, uma para avaliação e acompanhamento de condutas de colaboradores e funcionários e outra para delegados regionais;

Resolução CFC n.º 1.607/2020 – Regimento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Federal de Contabilidade.

No CRCPR no ano de 2021 não houve Processo Administrativo Disciplinar Instaurado.

Alocação de Recursos

Após a avaliação da situação organizacional e financeira do CRCPR e a identificação dos pontos fracos, fortes, oportunidades e desafios, foi priorizada a execução dos seguintes projetos em 2021:

A Ações de fiscalização do exercício profissional, gerar dados que viabilizem o cruzamento de informações e proporcionem efetividade na proteção da sociedade.

B Ações em relação ao registro que resultem no cadastramento de novos profissionais e organizações contábeis, e ainda proporcionem a atualização cadastral.

C Oferecimento de cursos de capacitação gratuitos aos profissionais registrados, sobre assuntos técnicos, visando à orientação e a melhoria dos serviços prestados pelos profissionais da contabilidade.

D Treinamento e capacitação de pessoal tendo em vista a necessidade de acompanhamento das mudanças na legislação vigente e do aperfeiçoamento nos serviços prestados, bem como fortalecer habilidades pessoais de conselheiros e empregados.

E Investimentos em tecnologia da informação para cumprimento do Plano Diretor de TI.

F Ações de cobrança que proporcionem melhores resultados financeiros e reduzam a inadimplência.

G Ações de responsabilidade socioambiental.

H Dar publicidade, em mídia social e em outros meios de comunicação, às ações desenvolvidas pelo CRCPR como forma de prestar contas e informar um maior número de profissionais.

Já a alocação de recursos nos programas foi realizada de acordo com as perspectivas de atuação e atribuições legais do CRCPR:



R\$ 3.338.126,19

Valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional



R\$ 1.924.380,98

Valores Gastos com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação)



R\$ 53.582,46

Valores Gastos com indenizações a conselheiros

Desempenho

Para implementar o Planejamento Estratégico, o CRCPR organiza suas atividades de forma a potencializar a geração de resultados que são mensurados regularmente e comparados com as expectativas fixadas, visando identificar e corrigir tempestivamente possíveis distorções, de maneira a subsidiar a Alta Administração com informações importantes para a tomada de decisões.

Nesse contexto, os objetivos estratégicos, os indicadores de gestão e os projetos do Plano de Trabalho são os balizadores das ações do CRCPR. Os indicadores de gestão são mensurados periodicamente e acompanhados, também, por meio do Sistema de Gestão por Indicadores, software criado pelo CFC para esse controle. Os objetivos estratégicos direcionam a elaboração do Plano de Trabalho anual, o qual concretiza o nível operacional do planejamento. Com a execução do Plano de Trabalho, há a transformação da estratégia em ação, ordenando os recursos disponíveis e estabelecendo os planos de ação para a execução das atividades e dos projetos previstos.

Os resultados de todos os indicadores mensurados pelo CRCPR e a execução das metas previstas no Plano de Trabalho ficam disponíveis em nosso Portal da Transparência, no módulo "Programas, Projetos, Metas e Resultados".

A seguir, para cada área finalística do CRCPR – Fiscalização, Registro e Educação Continuada –, é apresentada uma análise detalhada dos indicadores de destaque relacionados, dos principais projetos e ações e o investimento total.

FISCALIZAÇÃO

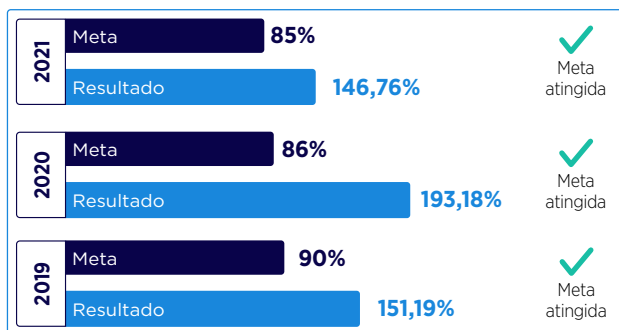
A Fiscalização atua como fator de proteção da sociedade, desenvolvendo ações e procedimentos fiscalizatórios preventivos e ostensivos. Compete à Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional.



R\$ 12.199.020,52
Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral



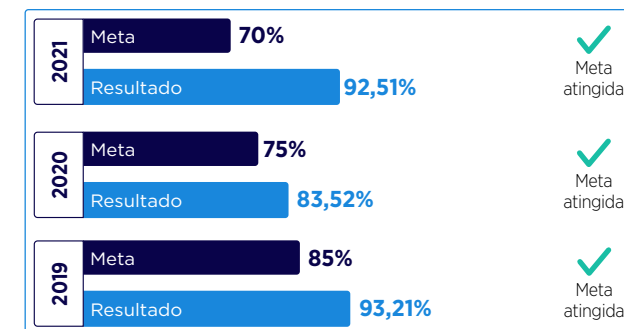
A previsão quantitativa de metas de diligências deu-se com base na razão das previsões mínimas previstas no Manual de Fiscalização, ou seja, de 1 “diligência” dia por fiscal, que se justificava pelas incertezas decorrentes da pandemia de COVID-19. Contudo, em 2021, as atividades fiscalizatórias não foram interrompidas e o desenvolvimento do trabalho não foi prejudicado. Além disso, as ações foram realizadas com efetividade e assertividade por parte da equipe de Fiscalização; bem como foram beneficiadas por convênios firmados junto ao CRCPR visando a identificação de escritórios sem registro, bem como pelo Acordo de Cooperação Técnica

do CFC com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que visa o combate ao exercício irregular da profissão contábil. Por meio dessa ação, o Sistema CFC/CRCs passou a ter acesso à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que são mantidas pela SEPRT. Assim, a partir de um cruzamento de dados com os cadastros de registro profissional contábil do Conselho, é possível identificar contadores e técnicos em contabilidade que atuam sem o registro profissional, bem como o trabalho de leigos (as pessoas físicas que atuam sem formação em Ciências Contábeis e sem registro). Tanto os trabalhadores nessa situação quanto as empresas que os contratam, serão notificados visando à sua regularização. Com tudo isto, os resultados alcançados foram satisfatórios e superaram a meta prevista, atingindo 2.583 diligências.



(*) No ano de 2021 entrou em vigor a Res. CFC 1589/20 que alterou o regramento das Denúncias, com a nova resolução as denúncias passaram a ser classificadas de 3 formas: Denúncias Identificadas, Comunicações de Irregularidades (Anônimas) e Representações (feitas por órgãos públicos). Esse novo regramento, em especial pela admissão de denúncias anônimas fez com que o quantitativo de análises fosse significativamente maior neste período.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



A meta prevista para o ano de 2021 foi de 70% dado às incertezas decorrentes dos reflexos da pandemia de COVID-19 e da mudança na Legislação que regulamenta os procedimentos processuais do sistema CFC/CRCs. Contudo, dado à efetividade dos procedimentos adotados, bem como, a realização de reuniões virtuais, foi possível realizar o julgamento de processos dentro do prazo previsto, atingindo a meta. Além disso, o treinamento constante realizado junto aos conselheiros contribuiu com a superação da meta proposta.



180 dias

Prazo de julgamento (contados da data de recebimento no CRCPR até a data da sessão de julgamento)

115 processos julgados em grau de recurso

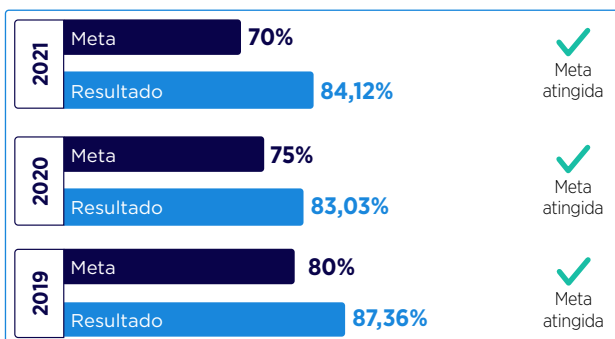
1.062 processos julgados dentro do prazo

78 dias Média de dias de julgamento

0 processos com Embargos de Declaração não admitidos

O Regulamento de Procedimentos Processuais, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.603/2020, passou a vigorar em 2021. Uma das principais mudanças foi a abertura das sessões das Câmaras de Ética e Disciplina e das reuniões dos Tribunais Regionais e Superior de Ética e Disciplina, que antes eram reservadas. Agora essas reuniões também podem ser realizadas de forma presencial ou virtual. Além disso, ocorreram alterações nos tipos e prazos dos recursos, bem como, no cálculo de penalidades aplicáveis a autuados reincidentes.

Ética na profissão



Com base em atos normativos específicos, os Conselhos de Contabilidade vêm, ao longo de seus 75 anos, apurando os casos de descumprimento das normas e aplicando, quando necessário, as penalidades cabíveis. Mas, para o CFC e os CRCs, a fiscalização, em primeiro lugar, possui caráter preventivo, devendo-se recorrer às penalidades quando necessárias, para

estabelecer os mecanismos e os requisitos do exercício ético e eficaz da profissão.

Com foco na proteção à sociedade e no combate ao mau profissional, por meio da efetividade dos procedimentos fiscalizatórios, o Sistema CFC/CRCs alcançou os seguintes resultados:

115 processos julgados em grau de recurso

491 processos que tiveram decisões de aplicação de penalidades aos infratores

35,79 média de processos analisados por conselheiro

81 Processos mantiveram a penalidade aplicada em 1ª instância

34 Processos reformaram a penalidade aplicada em 1ª instância

0 Processos devolvidos e/ou diligenciados aos CRCs para correção de vícios sanáveis

570 Processos arquivados

(regularização dentro do prazo de defesa, inexistência comprovada do fato gerador da infração ou prescrição quinquenal)

Penalidades aplicadas

3 Cassação do registro profissional

19 Suspensão do exercício profissional

45 Censura pública

124 Multas pecuniárias

300 Demais penalidades



10 processos referentes ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público

Gestão das multas de fiscalização

2021

R\$ 756.273,53
Valor das multas de infração aplicada

459 multas

2020

R\$ 398.845,99
Valor das multas de infração aplicada

248 multas

As ações de cobrança das multas aplicadas são essenciais para garantir a efetividade das ações fiscalizatórias como resultado de todos os procedimentos realizados pelos CRCs. Em 2021, observa-se o empenho do Sistema CFC/CRCs de garantir o correto exercício profissional e em cumprir seu papel institucional de atuar como fator de proteção da sociedade.

Reuniões Regimentais

71

Deliberações expedidas

8

Resoluções aprovadas

1.148

Processos julgados

354

Processos de fiscalização julgados

679

Processos éticos disciplinares julgados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CRCPR

679

Processos éticos disciplinares julgados pela Câmara de Ética e Disciplina do CRCPR

29

Processos de fiscalização julgados em grau de recurso na plenária - informação não solicitada

Nas reuniões Plenárias do CRCPR, foram homologadas as decisões das reuniões de Câmaras, bem como foram discutidos

os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento e defesa da profissão contábil em prol do interesse público.

Fiscalização das organizações contábeis e dos profissionais da contabilidade

Os convênios firmados pelo Sistema CFC e CRCPR permitiram o acesso a bases de dados que identificaram centenas de empresas e profissionais sem registro ativo junto ao CRCPR, que estavam sediados na jurisdição e que possuíam objeto social de atividades de contabilidade, perícia contábil ou auditoria, bem como ocupavam cargos de natureza contábil. Os convênios realizados com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT); Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR); Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná (SEFA); Receita Federal do Brasil (RFB) e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Acordo de Cooperação Técnica nº 70/2021) trouxeram dinamismo à atividade fiscalizatória. Reflexo imediato foi o grande número de Notificações e Autos de Infração lavrados relativos à falta de registro cadastral junto ao CRCPR, principal ocorrência identificada nos últimos 2 anos. Depois disto, 790 organizações e 440 profissionais regularizaram seu registro, devido à fiscalização.

REGISTRO

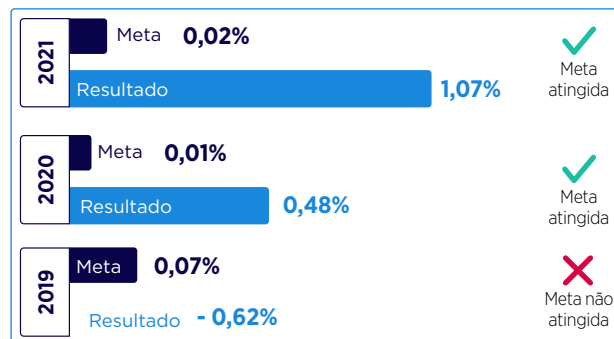
A área de Registro coordena o registro e o cadastro dos profissionais e das organizações contábeis em todo o Paraná. Além disto, compete à área as questões relacionadas à alteração cadastral, bem como baixa de carteiras profissionais



R\$ 471.787,96
Investimento total

Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos

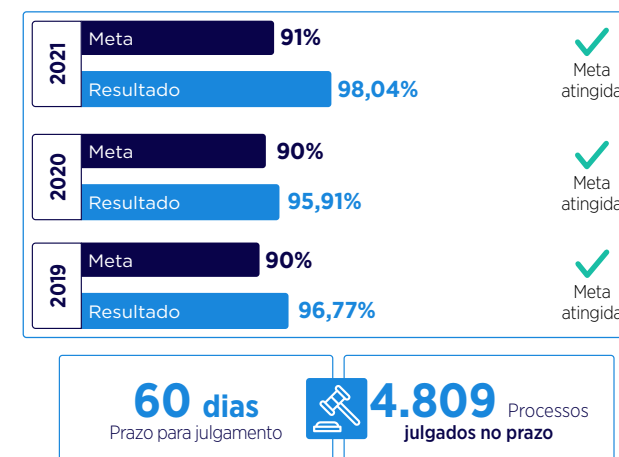


Mesmo com a crise econômica dos últimos anos, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o momento de incertezas devido à pandemia de Covid-19, houve um pequeno aumento do número de registros profissionais. Contribuíram também para isto, os convênios firmados com órgãos públicos e o cruzamento de informações que reforçaram a fiscalização com profissionais que trabalham na área e não eram registrados. Mesmo com a crise econômica dos últimos anos, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o momento de incertezas devido à pandemia de Covid-19, houve um pequeno aumento do número de registros profissionais.

Novos registros em 2021



Tempo médio de julgamento de processos de registro



Foram direcionados em grau de recurso à Câmara de Registro do CRCPR 4.809 processos para análise, sendo que 98,04% foram julgados dentro do prazo, que é de 60 dias.

A informatização de procedimentos, como a implantação do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER), vem contribuindo para a celeridade no julgamento dos processos.

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

O mercado globalizado e cada vez mais competitivo trouxe a necessidade de informações contábeis cada vez mais seguras, precisas e éticas, garantindo à sociedade maior transparência na gestão dos negócios.

Atento a essa situação, o sistema CFC/CRCs vem dispensando esforços para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha habilidades e competências necessárias para atender a essas demandas.

No exercício de 2021, o CFC ofertou no Paraná, como em todos os estados da federação a realização de 2 edições do Exame de Suficiência. Confira dados de presentes e aprovados no Estado.



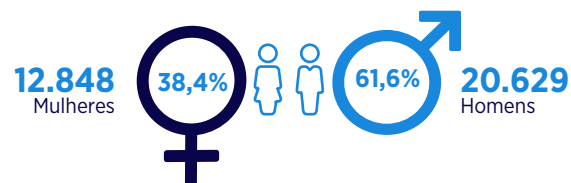
A sociedade brasileira é beneficiária direta da aplicação do Exame de Suficiência, uma vez que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

Registros Ativos



Registros Ativos por Gênero



O registro de profissionais e de organizações contábeis é obrigatório a todos aqueles que queiram exercer e explorar a profissão contábil.

Atualização e Manutenção Cadastral

Com o objetivo de atualizar a base cadastral de profissionais e organizações contábeis dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o CFC firmou convênio com a Receita Federal do Brasil, utilizando ferramenta disponibilizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Tais informações foram repassadas aos CRCs observando-se as exigências e medidas de segurança previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Além disto, o CRCPR realizou campanhas de comunicação contínuas de incentivo à atualização cadastral.

EDUCAÇÃO CONTINUADA

A Educação Continuada oportuniza o aprimoramento profissional a todos os profissionais da contabilidade e define estratégias de fiscalização preventiva, com a realização de cursos, treinamentos e palestras na busca constante da excelência no exercício profissional. Compete à Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional promover o desenvolvimento da educação continuada e coordenar o Programa de Educação Profissional Continuada.



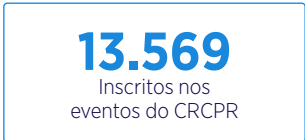
Indicadores

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita

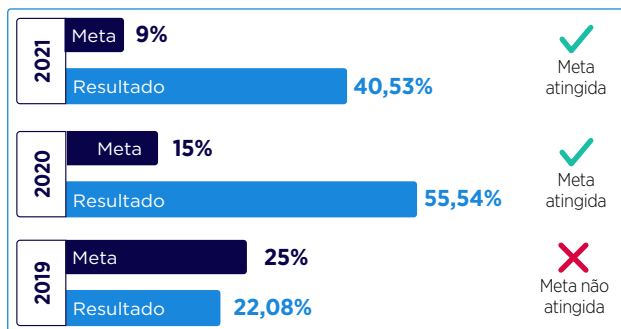


A pandemia de Covid-19 causou grandes impactos sociais e econômicos, transformando hábitos de toda a população mundial. A educação foi uma das áreas mais afetadas com a chegada da pandemia, sendo necessária a revisão dos métodos de ensino e a adaptação de aulas e cursos para a modalidade a distância, que tem alcance e menor custo.

Nesse contexto pandêmico, em que a classe contábil se torna ainda mais essencial aos negócios e à retomada socioeconômica do país, o Sistema CFC/CRCs investiu na realização de eventos de capacitação, principalmente online, considerando o papel fundamental do profissional da contabilidade na sociedade e a importância das Ciências Contábeis para o desenvolvimento dos negócios.



Participação dos profissionais da contabilidade, em eventos de capacitação – Educação Continuada

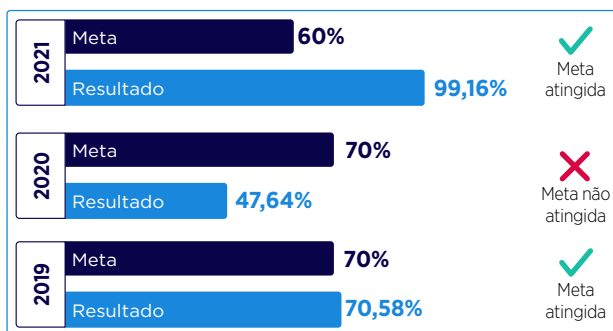


Os eventos virtuais e de qualidade realizados pelo CRCPR, apesar das dificuldades do cenário de pandemia, obteve grande adesão dos profissionais com registro ativos no CRCPR.

O Sistema CFC/CRCs tem primado, ao longo do tempo, pela política de excelência profissional. Cada vez mais arrojada, essa política busca contribuir para que os profissionais sejam mais capacitados e sintonizados com as mudanças na profissão.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc

O resultado apresentado demonstra o cumprimento da meta e a responsabilidade institucional com os profissionais contábeis, capacitando-os para um desenvolvimento multiplicador responsável. Mesmo com a pandemia, o CRCPR buscou se reinventar com as realizações de eventos virtuais.

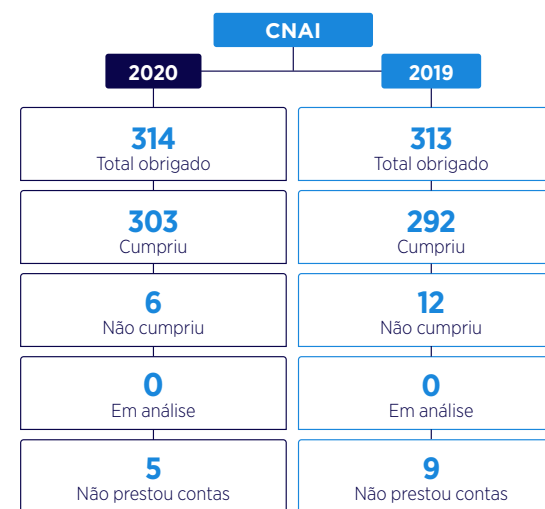


Principais projetos e ações

Educação Continuada – auditores, peritos e demais profissionais obrigados

O programa visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade, como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil.

A Comissão de Educação Profissional Continuada realizou 12 reuniões durante o exercício de 2021, resultando na análise, nos termos da NBC PG 12 (R3), de 777 atividades assim distribuídas:

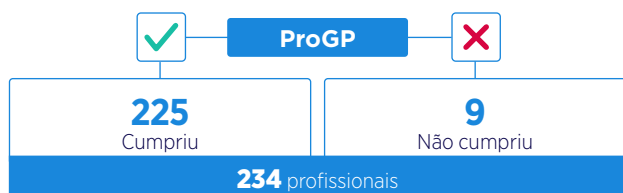


* CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes

Com relação aos profissionais que cumpriram o PEPC no exercício 2019 e 2020, obtivemos os seguintes resultados:



* CNPC - Cadastro Nacional de Peritos Contábeis



* PROGP - Responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exercam funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações contábeis das empresas de grande porte (*Lei n.º 11.638/2007: Ativo superior a 240 milhões ou Receita Bruta superior a 300 milhões).



* PRORT - Responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis das Empresas com faturamento superior a 78 milhões.



* RT PREVIC - Responsáveis técnicos pela auditoria independente ou que exercam as funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações contábeis de entidades de previdência complementar reguladas/supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).



* EPC Voluntária - Profissionais cadastrados no sistema de Educação Profissional Continuada, mas que não estão obrigados a cumprir a pontuação.

- Em função da pandemia, houve a redução de 50% da pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do PEPC, de 40 para 20 pontos, conforme Deliberação CFC n.º 14/2021.
- Publicação de Edital visando garantir ao profissional que não alcançou a pontuação mínima exigida pela NBC PG 12 (R3) o direito de justificativa referente aos exercícios de 2019 e 2020

Promover a educação continuada – encontros/seminários/fóruns/jornadas

Em 2021, ficou consolidada a importância e a magnitude da profissão contábil. A capacidade de organização do CRCPR pôde ser evidenciada nos encontros e seminários realizados para a classe.

Destacam-se os principais eventos:

- 18ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Paraná - A primeira convenção do CRCPR realizada no formato virtual bateu todos os recordes, com quase cinco mil inscritos e participantes de mais de 300 cidades brasileiras. Transmitida de 17 a 19 de agosto pela TV CRCPR, com o tema “Um olho na tecnologia, outro em você”, registrou picos de mais de 2 mil participantes simultâneos nas palestras magnas e mais de mais de 1500 nas transmissões simultâneas do dia 18.
- Fórum do Auditor.
- 5º Seminário Paranaense de Perícia.
- 6º Seminário Jovens Lideranças Contábeis.
- Fórum Paranaense da Mulher Contabilista.
- Fórum dos Coordenadores e Professores de Ciências Contábeis.
- 8º Encontro do Empresário Contábil.
- Escola Técnica CRCPR: Desde maio, todas as quartas-feiras, das 9 às 10h da manhã, o CRCPR transmite, de forma gratuita, conteúdos de caráter exclusivamente técnico, podendo, conforme o caso, valer pontuação no PEPC-CFC. Ao longo do ano, foram transmitidos 31 episódios da Escola Técnica CRCPR ao vivo, o que permitiu aos participantes interagir

com os palestrantes e tirar dúvidas, da mesma forma como ocorria nos eventos presenciais. A Escola Técnica CRCPR superou 11 mil participantes ao vivo, e totalizou mais de 28 mil visualizações e 8,2 mil horas de exibição na TV CRCPR, tendo sido responsável por 26% do tráfego no canal.

- Além de dezenas de lives das comissões do Terceiro Setor, Assuntos Contábeis, Fiscais e Tributários, da Mulher Contabilista, de Valorização Profissional, dos Profissionais da Área Cooperativista, do Contador Público, do Programa de Voluntariado da Classe Contábil, além de lives de terceiros, como a Receita Federal, o Sebrae, entre outros.

Programa Contador Parceiro – Construindo o Sucesso

Lançado no dia 25 de abril de 2021, o Programa Contador Parceiro – Construindo o Sucesso, fruto da parceria do Sistema CFC/CRCs com o Sebrae, tem como objetivo capacitar os profissionais da contabilidade para atuar em gestão e inovação, visando à criação de uma rede de suporte e consultoria para os pequenos negócios.

O curso gratuito, ofertado na modalidade EAD, é composto por 13 módulos, que abordam conteúdos sobre tendências de mercado, liderança, estratégia, empreendedorismo, diagnóstico, consultoria, sustentabilidade, tecnologia e inovação, que beneficiam as empresas e serviços para os pequenos negócios. O curso é pontuado para o PEPC-CFC.

Confira abaixo os números do Programa no Estado do Paraná:



Exame de Qualificação Técnica (EQT)

A aprovação no EQT permite, aos profissionais, o registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) ou no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do CFC, de acordo com a categoria escolhida pelo candidato.

Os exames incluem as provas do EQT para auditor, que engloba as provas de Qualificação Técnica Geral (QTG), e específicas, para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BCB), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Há também o exame para perito.

Os exames avaliam o conhecimento e a competência técnico-profissional dos contadores que pretendem atuar como auditores independentes nas organizações reguladas pelas referidas entidades e na atividade de perícia contábil.

Devido aos impactos da Covid-19, a aplicação do exame referente ao ano de 2020 foi alterada para o formato digital e realizada no período de 8 a 15 de março de 2021.



Em 31/12/2021, o CRCPR computou **345 profissionais cadastrados no CNAI e 699 no CNPC.**



Criado em 2019, o CNAI-PJ busca fortalecer a atividade de auditoria independente, por meio de mecanismos de controle e de reconhecimento da qualidade do serviço executado por firmas que praticam elevados padrões na área. Empresas que executam serviços de auditoria independente podem solicitar a inclusão no banco.

Até 31/12/2021, cerca de **134 empresas de auditoria integravam o cadastro**, que tem como objetivo ser referência para o mercado.

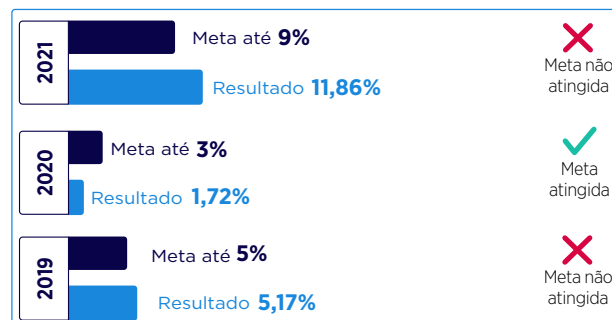
Gestão de pessoas

Um dos principais objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs é “Atrair e Reter talentos”. Para isso, a entidade oferece aos seus empregados, planos de saúde, vale alimentação, treinamentos, programa de avaliação de desempenho, entre outros.

O CRCPR finalizou o ano de 2021 com um total de 54 colaboradores, sendo 11 trabalhando diretamente na atividade fim de fiscalização da profissão contábil.

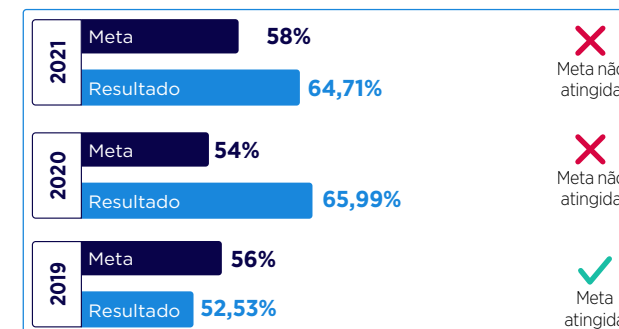
Colaboradores	2020	2021
Empregados efetivos	58	54
Comissionados	0	0
Aprendizes	0	0
Estagiários	1	0
Terceirizados	7	8
Total	66	62

Taxa de Desligamento



No exercício de 2021, esta métrica foi impactada pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) implantado no CRCPR, o qual teve a adesão de 6 empregados. Além disto, a entidade contou com um pedido de demissão fora do PDV e três admissões.

Índice de Despesas com Pessoal



Com o Programa de Demissão Voluntária (PDV), implementado em 2021, o CRCPR desembolsou o valor de R\$ 3.416.325,71. Este valor trará um reflexo positivo com a redução de despesas com pessoal e encargo nos próximos anos.

Despesa de Pessoal

R\$ 11.902.372,01

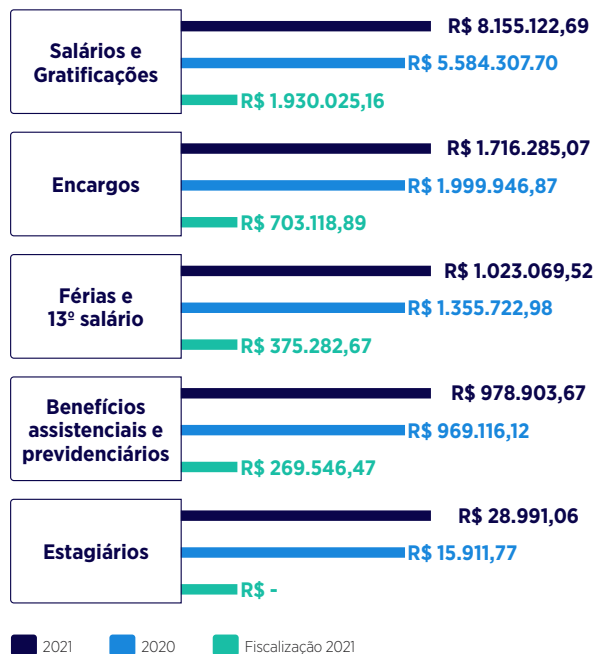
2021

R\$ 9.925.005,75

2020

Detalhamento da Despesa de Pessoal

(Cargos efetivos + aprendizes)

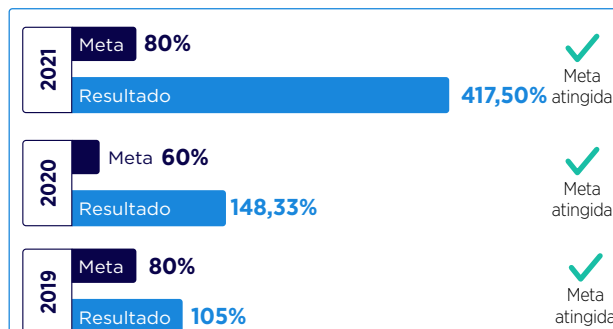


Treinamento e desenvolvimento

Para atender às diretrizes estratégicas "Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs" e "Atrair e reter talentos" o CRCPR investe sistematicamente na capacitação do corpo funcional.

O CRCPR elabora o Plano Anual de Treinamentos (PAT) com a finalidade de capacitar e desenvolver os funcionários para melhor execução de suas atividades. O PAT proporciona a ampliação do nível de conhecimento dos funcionários por meio da realização de cursos e treinamentos, individuais e coletivos,

preparando-os para o exercício de novas funções, bem como adaptando-os a novas tecnologias, de modo a garantir a competência necessária à condução das atividades.



Índice de Percentual de Treinamento

O PAT de 2021 buscou promover a capacitação dos empregados do CRCPR nas competências necessárias ao desempenho de suas diversas atribuições funcionais e à capacitação gerencial, observando-se a otimização dos recursos disponíveis. E, conforme estabelecido na Portaria CRCPR 055/2020, alguns funcionários compensaram horas negativas do período da pandemia COVID-19 com a realização de cursos

Entre os treinamentos realizados, destacam-se: Prática aplicada em LGPD, Sustentabilidade, Tributação no Terceiro Setor, Auditoria e Perícia Contábil

Índice de Capacitação de Usuários em Tecnologia



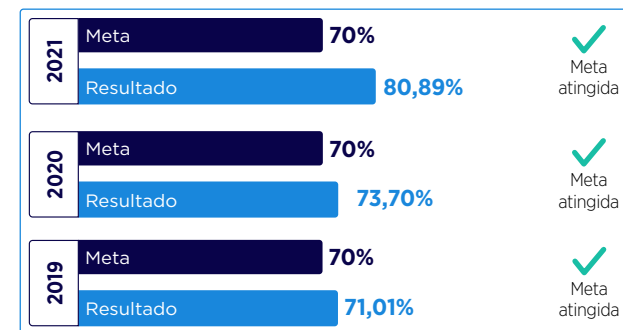
O resultado atingido foi próximo ao esperado já que, em cumprimento ao PAT e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), foi oportunizada aos empregados do CRCPR a participação em cursos relacionados à área de tecnologia da informação, e recursos tecnológicos que contribuem para o aprimoramento e desenvolvimento das atividades executadas.

Pesquisa de satisfação dos empregados

Com o objetivo de aferir o nível de satisfação dos empregados com relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo CRCPR em benefício ao corpo funcional, anualmente, é aplicada pesquisa para que todos os colaboradores possam responder, de forma voluntária e anônima, às questões que compõem a pesquisa.

A pesquisa aborda a disponibilidade de recursos operacionais (*hardware*, *software*, equipamentos, mobiliário e materiais de expediente); estrutura predial, incluindo segurança e limpeza; relacionamento interpessoal; comunicação interna; pertencimento e orgulho de trabalhar na empresa; benefícios e treinamentos; e as ações desenvolvidas pelo CFC para prevenção da Covid-19 no ambiente de trabalho.

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional



O resultado da pesquisa aplicada em 2021 teve a participação de 36 colaboradores, entre empregados, que pontuaram satisfação em relação às ações desenvolvidas pelo CRCPR.

Mais uma vez, os resultados foram positivos e acima da meta estabelecida pelo Sistema de Gestão de Indicadores. A pesquisa aborda a disponibilidade de recursos operacionais (hardware, software, equipamentos, mobiliário e materiais de expediente); estrutura predial, incluindo segurança e limpeza; relacionamento interpessoal; comunicação interna; pertencimento e orgulho de trabalhar na empresa; benefícios e treinamentos; e as ações desenvolvidas pelo CRCPR para prevenção da Covid-19 no ambiente de trabalho.

Gestão de licitações e contratos, incluindo de TI

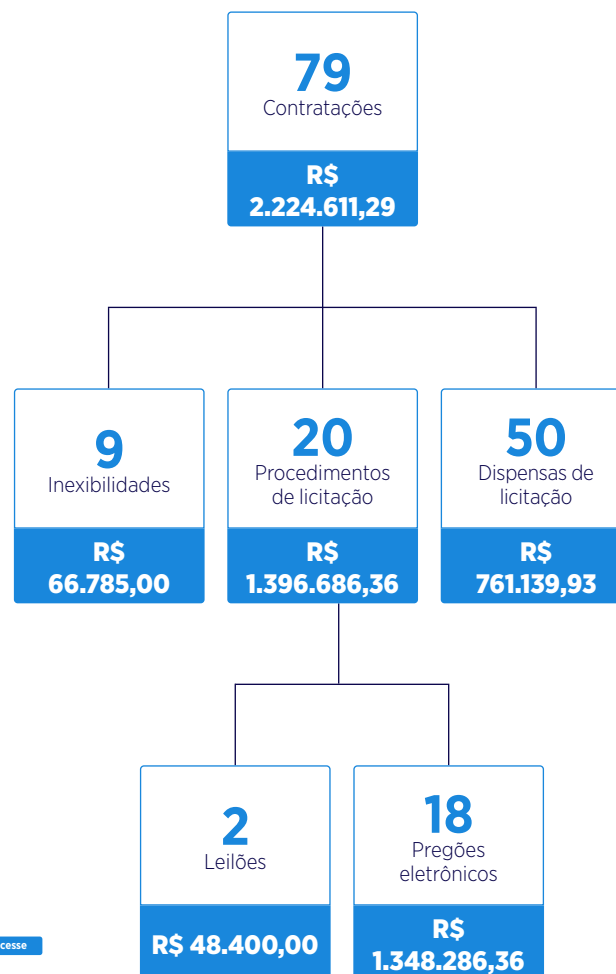
As contratações do CRCPR são regidas pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e possuem conformidade com os normativos legais que regem a matéria, em especial:

- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar 123/2005;
- Decreto nº 7.892/2013;
- Decreto nº 10.024/2019;
- Instrução Normativa MPDG nº 5/2017.

O CRCPR conta com a área de Compras, Licitações e Contratos que conta com equipe específica para o planejamento de contratações e elaboração dos documentos relativos aos procedimentos de contratação na fase interna.

Vale destacar, também, a vinculação das contratações e prorrogações contratuais ao Plano Anual de Contratações (PAC) de 2021, que está disponível no site do CRCPR. [Mais informações](#) [acesse](#)

As contratações efetuadas no exercício de 2021 totalizaram R\$ 4.193.136,53, das quais 77,79% foram realizadas, principalmente, por meio de Pregão Eletrônico 21,06% por meio de contratações diretas e 1,15% na modalidade leilão, conforme diagrama a seguir:



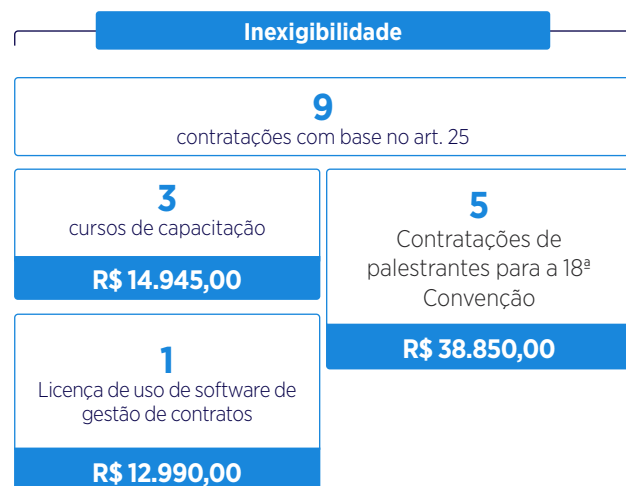
Comparação de contratações 2020-2021:



A redução de 3,74% nas contratações de 2021 em relação ao valor do ano de 2020, decorrem de aquisições programadas, como a troca de projetores, que foi postergada para 2022, em razão das ações de combate à COVID-19, já que não haveria sentido em adquirir equipamentos com período de garantia a esgotar-se antes do uso.

Contratações diretas

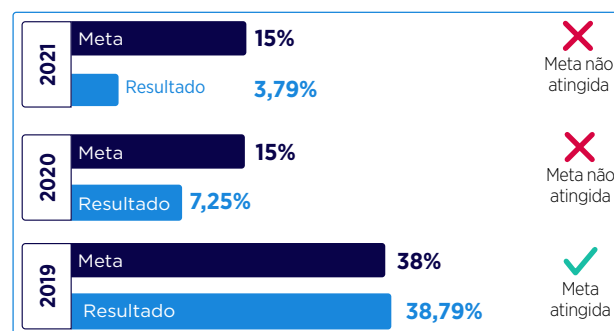
Foram realizadas 59 contratações diretas, sendo R\$ 216.689,93 em razão do valor – inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993- e R\$ 544.450,00 por dois motivos específicos: uma firmada para contratação de pessoa jurídica de direito público (art. 24, VIII, da Lei 8.666/93), contratando instituição bancária responsável pela emissão, postagem, liquidação e processamento de guias de pagamento para o ano de 2022; e uma para contratação de instituição de pesquisa, ensino e desenvolvimento (art. 24, XIII, da Lei 8.666/93), contratando banca organizadora de concurso público.



Contratações mais relevantes

Gestão de Desenvolvimento Profissional	
<p>Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade.</p> <p>Objeto: Contratação de palestrantes para realização da 18ª Convenção Estadual dos Profissionais da Contabilidade do Estado do Paraná. Justificativa: Promover a capacitação dos profissionais da contabilidade, proporcionando a expansão de suas habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético, como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil.</p>	<p>Valor contratado R\$ 41.250,00</p>
Gestão de Tecnologia de Informação	
<p>Objetivo Estratégico: Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs.</p> <p>Objeto: Suporte técnico e extensão de garantia de servidores de backup.</p> <p>Justificativa: Garantir a disponibilidade de equipamentos e permitir a recuperação de informações armazenadas com maior celeridade em caso de sinistro.</p>	<p>Valor contratado R\$ 94.825,66</p>
Suporte e Apoio a Atividades Fim	
<p>Objetivo Estratégico: Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.</p> <p>Objeto: Serviços de emissão, postagem e processamento de guias de recolhimento do exercício de 2021.</p> <p>Justificativa: Proceder a arrecadação das anuidades devidas ao CRCPR, referentes ao exercício de 2021 e outros créditos.</p>	<p>Valor contratado R\$ 291.450,00</p>
<p>Objetivo Estratégico: Atrair e reter talentos</p> <p>Objeto: Contratação de banca organizadora de concurso público.</p> <p>Justificativa: Permitir a realização de concurso público para contratações de funcionários e elaboração de cadastro reserva para futuras contratações.</p>	<p>Valor contratado R\$ 253.000,00</p>

Índice de renovação do parque de informática



O índice de renovação do CRCPR está baixo, tendo em vista que não foi realizada a aquisição de novos equipamentos devido a uma proposta de compra compartilhada pelo CFC, na qual seria realizada a renovação de equipamentos com a garantia expirada até novembro/2021.



Informações
Orçamentárias,
Financeiras
e Contábeis

Declaração do Contador do CRCPR

Valdair de Souza

A Divisão Contábil Financeira está subordinada à Vice Presidência de Administração e Finanças, sendo a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, orçamento anual, prestações de contas aos órgãos de controle, cumprimento das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas, acompanhando e registrando os atos e fatos relacionados ao patrimônio, orçamento, execução de despesas e arrecadação de receitas, com o objetivo de assegurar a regularidade perante os órgãos de controle internos e externos e ofertar à administração informações que contribuam no processo de tomada de decisão.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR).

As demonstrações contábeis do CRCPR foram elaboradas em observância à Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 029/2021 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC. Também foram observadas as orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020 de 22/04/2020 e das DN-TCU n.º 187/2020 e 188/2020.

As demonstrações apresentadas são: Balanço Patrimonial – apresenta a situação patrimonial; Balanço Orçamentário – evidencia informações da situação orçamentária inicial em comparação à sua execução; Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais – demonstra o resultado patrimonial do período; e a

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – apresenta as variações ocorridas no patrimônio líquido.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o artigo 12 da Resolução CRCPR n.º 666/2008, que aprova o Regimento do CRCPR e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Auditoria e de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Esse processo visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, extraídas de sistema informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços:

Os Conselhos de Contabilidade vêm adotando há vários exercícios, os procedimentos citados abaixo, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, objetivando a qualidade das informações contábeis, de maneira a subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas perante a sociedade:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas;



• Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.

• Gestão de Custos – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto no exercício, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Desta forma, considerando que as demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes e a adoção de procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do CRCPR.

Valdair de Souza

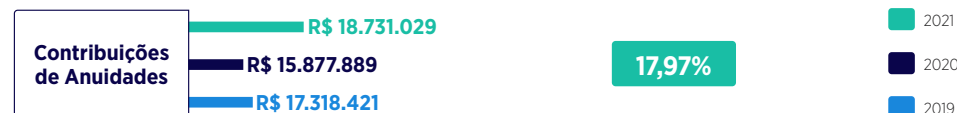
CRCPR-035.000/O

Coordenador da Divisão Contábil Financeira

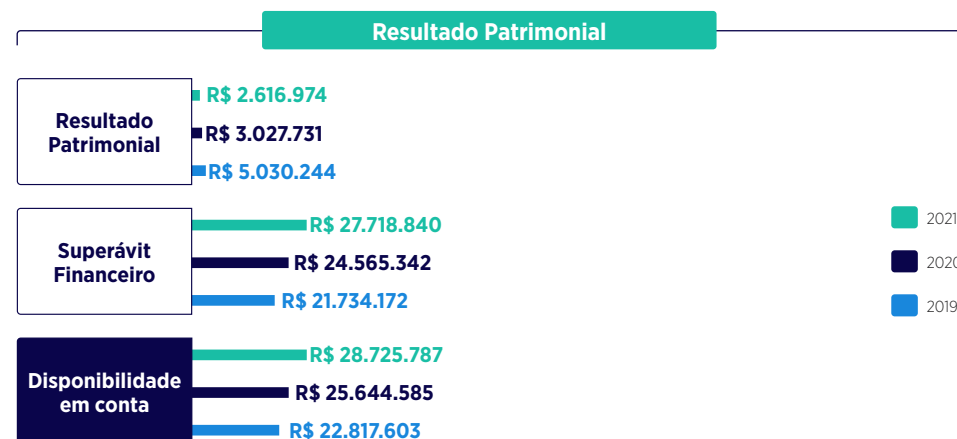
Gestão Orçamentária e Financeira

O avanço da pandemia de Covid-19 tem impactado diretamente na economia mundial, tanto econômica quanto patrimonialmente, e não há previsão de melhoria em um curto espaço de tempo. As inseguranças no cenário econômico brasileiro e as legislações divulgadas pelos Governos Federal e Estaduais, com a finalidade de aliviar as consequências do flagelo decorrente da enfermidade que abateu o mundo nesses últimos dois anos, compeliram os governos, as empresas e a sociedade civil a envidarem esforços em moldar-se à nova realidade imposta pela Covid-19.

No Sistema CFC/CRCs, a repercussão da pandemia gerou impactos diretos na arrecadação de recursos, oriundos principalmente das anuidades. No CRCPR, a consequência foi a diminuição de arrecadação para o exercício 2020. Contudo, o exercício de 2021 apresentou aumento da arrecadação em relação aos exercícios anteriores.

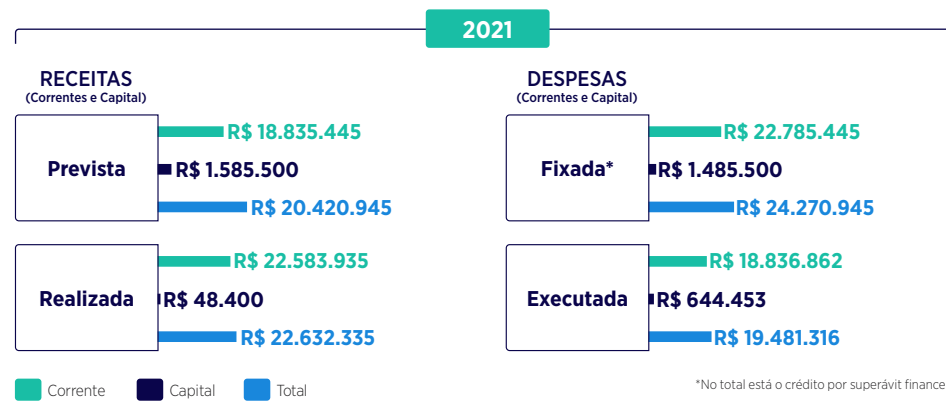


No entanto, levando-se em conta a manutenção na receita e a elevação dos custos financeiros e patrimoniais, o CRCPR permaneceu com suas contas em estabilidade, haja visto que foram adotadas medidas para mitigar o impacto da pandemia. Tais ações vislumbram, em um futuro não muito distante, a reconquista da alavancagem econômica que a sociedade civil tanto almeja e necessita para o crescimento do Brasil e que o Sistema CFC/CRCs espera, aspira e deseja.



As despesas fixadas e as receitas estimadas para o orçamento de 2021, remontaram em R\$ 19.595.945,00 conforme a determinação contida na Resolução CRCPR 821/20. Não

obstante aos fatos ocorridos no exercício, foram necessários ajustes ao orçamento, por intermédio da abertura de créditos adicionais e suplementares que totalizaram o valor de R\$ 4.675.000,00, dos quais R\$ 3.850.000,00 foram de recursos de superávit, com a finalidade de suprir projetos e subprojetos em sua execução, conforme demonstrado a seguir:



A principal fonte de receita corrente do CRCPR são as anuidades dos profissionais e organizações contábeis, que representam 85,30% da receita. Além das anuidades, há as receitas de multas de eleição e infração e as receitas decorrentes de aplicações financeiras.



Execução orçamentária

A realização das receitas é caracterizada como disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e como instrumento por meio do qual se viabiliza a execução do planejamento. No âmbito do Sistema CFC/CRCs, a receita orçamentária é utilizada em programas e ações cuja finalidade elementar é atender às necessidades e às demandas da profissão contábil. Além da receita de contribuições, constituem receitas do CRCPR a exploração de bens e serviços (emissão de carteiras de registro profissional, emolumentos com inscrições e expedição de certidões, multas de eleição e infração) e receitas financeiras (rendimentos de aplicação financeira).

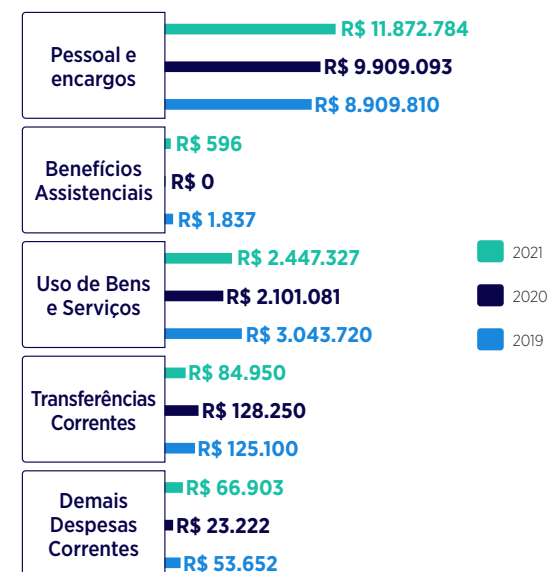
Nos quadros seguintes, pode-se observar o comportamento das receitas e despesas do CRCPR, comparativamente entre 2020 e 2021. Com a adoção de uma política conservadora, o CRCPR optou por subestimar as receitas que poderiam ser arrecadadas em 2021, culminando em uma superação substancial, resultando em um aumento de 15,55%, superando a receita arrecada no exercício de 2020.

No seguimento das despesas, o modelo observado decorre principalmente da implantação do Programa de Demissões Voluntárias (PDV) neste exercício, o qual fez o desembolso de R\$ 3.416.325,71, que trará um reflexo positivo para as despesas com pessoal e encargo nos próximos anos.

Em 2021, 60% das despesas correntes foi destinado para despesas de pessoal. O PDV representa 17,54% das despesas totais e 28% das despesas com folha de pagamento.

O item “Uso de bens e serviços” registrou 12,56% das despesas totais, com serviços prestados para atender as atividades do CRCPR. Ademais, está registrada a aquisição de materiais de consumo para o almoxarifado e para as atividades finalísticas das Unidades Organizacionais.

No grupo das despesas de capital observa-se aumento de 455% em relação a 2020, em razão da reforma da sede, em Curitiba. Em 2020, em função da pandemia, houve poucos investimentos.



Receitas por grupo e elemento

R\$ (mil)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
RECEITAS CORRENTES	18.835	22.584	120%	20.722	18.597	90%
Contribuições	15.798	18.731	119%	16.872	15.878	94%
Exploração de Bens e Serviços	688	503	73%	396	430	109%
Receitas Financeiras	1.922	2.658	138%	2.930	1.784	61%
Transferências	87	46	52%	113	76	67%
Outras Receitas Correntes	341	647	190%	410	429	105%
RECEITAS DE CAPITAL	1.586	48	3%	778	0	0%
Alienação de bens	1586	48	3%	778	0	0%
TOTAL DE RECEITAS	20.421	22.632	111%	21.500	18.597	86%
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO	3.850					

Despesas por grupo e elemento

R\$ (mil)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
	2021			2020		
	Empenhadas	Liquidadas	Valores Pagos	Empenhadas	Liquidadas	Valores Pagos
DESPESAS CORRENTES	18.837	18.837	18.454	15.869	15.869	15.352
Pessoal e encargos	11.873	11.873	11.555	9.909	9.909	9.468
Benefícios assistenciais	1	1	1	0	0	0
Uso de bens e serviços	2.447	2.447	2.387	2.101	2.101	2.029
Financeiras	133	133	133	160	160	160
Transferências correntes	85	85	85	128	128	128
Tributárias e contributivas	4.232	4.232	4.232	3.547	3.547	3.547
Outras despesas correntes	67	67	63	23	23	20
DESPESAS DE CAPITAL	644	644	644	116	116	0
Investimentos	644	644	644	116	116	0
SUBTOTAL	19.481	19.481	19.099	15.985	15.985	15.352
SUPERÁVIT		3.151			2.612	
TOTAL DAS DESPESAS	19.481	19.481	19.099	15.985	15.985	15.352

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

As atividades desenvolvidas são fundamentadas nos seguintes normativos:

- Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Instrução Normativa SEDAP/PR Nº 205, de 08 de abril de 1988;
- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e alterações;
- Instrução Normativa CGU Nº 04, de 21 de fevereiro de 2020;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Normas Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07, Ativo Imobilizado e NBC TSP 08 Ativo Intangível.

Principais investimentos de capital

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos n.º 12 (ampliar e integrar o uso de Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs) e n.º 15 (assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs) da Resolução CFC nº 1.543/2018, no ano de 2021 foram investidos R\$ 644.451, conforme a tabela:

Investimentos	
Reforma da sede	471.858
Aquisição de móveis e utensílios	30.657
Máquina e equipamentos	18.186
Aquisição de licenças <i>Softwares</i>	123.750
TOTAL	644.451

Foram adquiridas licenças de uso do Adobe Creative Cloud for Teams, software Microsoft Office 365 E3 Governo e antivírus corporativos F-Secure.

Manutenção preventiva e corretiva

Além disso, o CRCPR investiu R\$ 869.690,42 na manutenção da infraestrutura com o objetivo de garantir a conservação do edifício. Pode-se destacar dentro desse montante, a manutenção de bens imóveis no valor de R\$ 65.404,70.

Abaixo estão listados os principais contratos e os respectivos valores investidos em 2021, comparativamente ao ano anterior:

	2021	2020	Diferença %
Serviços de segurança predial e preventiva	254.918,94	262.054,93	-2,7%
Serviços de limpeza, conservação e jardinagem	176.413,81	135.960,66	29,8%
Outros gastos	438.357,67	440.380,56	-0,5%

O serviço de limpeza, conservação e jardinagem teve um aumento percentual de 29,8% em relação a 2020 em razão de duas novas contratações e execução de serviços pendentes, havendo o reajustamento de preços tendo em vistas novas convenções coletivas das categorias.

Desfazimento de Ativos

Houve baixa de bens inservíveis, deliberação CRCPR Nº. 030/2021, PROC N.º. 01/2021-SEC, no valor de R\$ 326.739,31. Com destaque de R\$ 271.375 para baixa de computadores e periféricos.

Locações de equipamentos

O CRCPR possui contrato de outsourcing de impressão, o que permitiu uma economia em larga escala dos insumos gastos com a impressão de documentos (tonner, energia elétrica, manutenções preventiva e corretiva). No ano de 2021, o gasto com o contrato foi de R\$ 21.083,04.

R\$ 21.083,04
2021

R\$ 21.274,90
2020

Principais desafios e ações futuras

As prioridades para o ano de 2022 serão:

- Implantação de sistema de geração fotovoltaica na sede do CRCPR, no âmbito da promoção de ações de sustentabilidade, visando o aproveitamento da energia solar e resultando na redução dos gastos anuais com energia elétrica.

- Implementar VOIP - serviço telefônico oferecido pela internet, que converte a voz em um sinal digital, permitindo fazer chamadas diretamente de um computador, telefone VoIP ou outros dispositivos controlados por dados.

Gestão de Custos

O Sistema CFC/CRCs realiza o monitoramento e controle da execução orçamentária com o auxílio do Sistema Plano de trabalho, que é uma ferramenta gerencial de direcionamento para a melhor forma de cumprir a missão e alcançar os objetivos definidos para o Sistema.

A execução está alinhada com os instrumentos de programação e controle de planejamento, possibilitando uma sincronia para que os objetivos sejam alcançados, à luz das normas e dos regulamentos pertinentes à gestão orçamentária e financeira.

O CRCPR não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos, mas o controle parcial é realizado por meio de 12 projetos e 33 atividades, alinhados e vinculados a 12 objetivos estratégicos e 4 programas de gestão. A distribuição por programa está evidenciada na página 16.

Valores por Objetivos Estratégicos

R\$

Objetivo Estratégico	Liquidado
Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil	316,50
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	145.399,39
Atuar como fator de proteção da sociedade	154.310,52
Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira ao sistema CFC/CRCS	4.638.518,59
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	243.432,89
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do sistema CFC/CRCS, da profissão e da ciência contábil	19.329,36
Inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCS	111.580,24
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCS	438.602,59
Atrair e reter talentos	11.912.922,46
Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do CFC/CRCS	54.787,47
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do sistema CFC/CRCS	1.762.116,31
Total	19.481.316,32

Balço Patrimonial (BP)

R\$ (mil)

ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020
Ativo Circulante		34.874	32.090	Passivo Circulante	7	2.781	3.087
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	28.726	25.645	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		317	441
Créditos de Curto Prazo	2	5.775	6.103	Obrigações de Curto Prazo		217	276
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	3	127	104	Demais Obrigações de Curto Prazo		7	11
Estoques	4	159	149	Provisões de Curto Prazo	8	2.207	2.326
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	5	87	90	Valores de Terceiros e/ou Restituíveis		33	32
Ativo Não Circulante		24.082	24.707	Passivo Não Circulante		0	152
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.024	1.086	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		0	152
Investimentos, Imobilizado e Intangível	6	23.058	23.621				
Total do Ativo		58.956	56.797	Total do Passivo		2.781	3.239
				Patrimônio Líquido	9	56.175	53.558
				Total do Passivo + Patrimônio Líquido		58.956	56.797

Quadro dos Ativos e dos Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n.º 4.320/1964)							
ATIVO	10	58.957	56.797	PASSIVO	10	2.781	3.239
Ativo Financeiro		28.941	25.838	Passivo Financeiro		1.222	1.273
Ativo Permanente		30.016	30.959	Passivo Permanente		1.560	1.966
Saldo Patrimonial						56.175	53.558

Quadro das Contas de Compensação (Lei n.º 4.320/1964)							
Atos Potenciais Ativos		0	0	Atos Potenciais Passivos		327	334

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$(mil)

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2021	2020
Contribuições		19.318	19.239
Exploração de bens e serviços		963	756
Financeiras		7.207	4.630
Transferências		46	76
Valorização e ganhos com ativos		48	0
Outras variações patrimoniais aumentativas		16.780	9.021
Total		44.362	33.721
Variações Patrimoniais Diminutivas		2021	2020
Pessoal e encargos		11.608	9.647
Benefícios assistenciais		1	0
Uso de bens e serviços		3.450	3.106
Financeiras		878	357
Transferências		85	128
Tributárias e contributivas		4.296	3.806
Desvalorização e perda de ativos		20.437	12.714
Outras variações patrimoniais diminutivas		991	935
Total		41.745	30.693
Resultado Patrimonial do Exercício	11	2.617	3.028

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$(mil)

Descrição	2021	2020
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	644	116
Investimentos	644	116
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	48	0
Alienação de Bens	48	0
	596	116

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$(mil)

Descrição	Patrimônio líquido	
	2021	2020
Saldo Inicial do Exercício	53.558	50.531
Ajustes de Exercício Anterior	0	0
Resultado do Exercício	2.617	3.027
Saldo Final do Exercício	56.175	53.558

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCPR nos exercícios de 2021 e 2020, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se que houve o incremento de 4,80% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2020.

Resultado Patrimonial

2021 R\$ 2.616.974

2020 R\$ 3.027.731

Balanço Financeiro (BF)

R\$(mil)

Ingressos	NE	2021	2020
Receita Orçamentária		22.632	18.597
Receitas Correntes		22.584	18.597
Receitas de Capital		48	0
Recebimentos Extraorçamentários		36	223
Disponível do exercício anterior		25.645	22.818
Total	12	48.313	41.637

Dispêndios	NE	2021	2020
Despesa Orçamentária		19.481	15.985
Receitas Correntes		18.837	15.869
Receitas de Capital		644	116
Recebimentos Extraorçamentários		106	8
Disponível do exercício anterior		28.726	25.645
Total		48.313	41.637

Balanço Orçamentário (BO)

R\$(mil)

Receitas Orçamentárias	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Receitas Correntes	18.835	22.584	120%	20.722	18.597	90%
Contribuições	15.798	18.731	119%	16.872	15.878	94%
Exploração de bens e serviços	688	503	73%	396	430	109%
Financeiras	1.922	2.658	138%	2.930	1.784	61%
Transferências	87	46	52%	113	76	67%
Outras receitas correntes	341	647	190%	410	429	105%
RECEITAS DE CAPITAL	1.586	48	3%	778	0	0%
Alienação de bens	1.586	48	3%	778	0	0%
Total das Receitas	20.421	22.632	111%	21.500	18.597	86%
Total	20.421	22.632	111%	21.500	18.597	86%
Saldos de exercícios anteriores – Superávit financeiro	3.850					

Despesas Orçamentárias	2021				2020			
	NE	Empenhadas	Liquidadas	Valores Pagos	Empenhadas	Liquidadas	Valores Pagos	
Despesas Correntes		18.837	18.837	18.454	15.869	15.869	15.352	
Pessoal e encargos		11.873	11.873	11.555	9.909	9.909	9.468	
Benefícios assistenciais		1	1	1	0	0	0	
Uso de bens e serviços		2.447	2.447	2.387	2.101	2.101	2.029	
Financeiras		133	133	133	160	160	160	
Transferências correntes		85	85	85	128	128	128	
Tributárias e contributivas		4.232	4.232	4.232	3.547	3.547	3.547	
Outras despesas correntes		67	67	63	23	23	20	
Despesas de Capital		644	644	644	116	116	0	
Investimentos		644	644	644	116	116	0	
Subtotal		19.481	19.481	19.099	15.985	15.985	15.352	
Superávit	13		3.151			2.126		
Total das Despesas		19.481	19.481	19.099	15.985	15.985	15.352	

As receitas de contribuição do Regional são constituídas pelas anuidades dos profissionais e organizações contábeis.

Superávit Orçamentária	
2021	R\$ 3.151.019
2020	R\$ 2.611.982

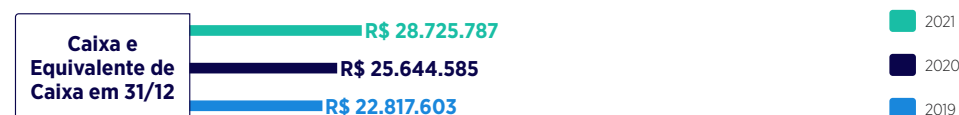
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R\$ (mil)

Descrição	2021	2020
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	22.584	18.597
Receitas	22.584	18.597
Receita de Contribuições	18.731	18.878
Exploração de Bens e Serviços	503	430
Receitas Financeiras	2.658	1.784
Transferências (Subvenções)	46	76
Outras Receitas	647	429
Desembolsos	18.907	15.654
Despesas	18.907	15.654
Pessoal, Encargos e Benefícios	11.850	9.744
Uso de Bens e Serviços	2.541	2.053
Despesas Financeiras	133	160
Despesas Tributárias e Contributivas	4.232	3.550
Transferências (Subvenções + Auxílios)	85	128
Outras Despesas	66	18
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	3.677	2.943
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	48	-
Alienação de Bens	48	-
Desembolsos	644	116
Aquisição de Ativo Não Circulante	644	116
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(596)	(116)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	3.081	2.827
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	25.645	22.818
Caixa e Equivalente de Caixa Final	28.726	25.645

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do CRCPR em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais e nas atividades de investimento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.



Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$ (mil)

Restos a pagar processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL		514	382	514	0	382
DESPESAS CORRENTES		514	382	514	0	382
PESSOAL E ENCARGOS		439	317	439	0	317
USO DE BENS E SERVIÇOS		72	61	72	0	61
OUTROS DESPESAS		4	4	4	0	4

Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), localizado à Rua XV de Novembro, nº 2987, Alto da XV – 80045-340 – Curitiba-PR, criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10. Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a regulamentação acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, o CRCPR funciona como Autarquia Especial Corporativa, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, aprovada por meio da Resolução CFC n.º 1.612/2021 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CRCPR n.º 666/2008 e alterações.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.º 1.161/09, que

aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho nº 29/2021 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2021, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

Essas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente as informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho. Bem como, destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota-parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota explicativa n.º 02.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2012 foram efetuados os ajustes decorrentes da avaliação dos bens, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, com reconhecimento do custo atribuído (deemed cost).

No exercício de 2021 não ocorreram reavaliações.

A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida com base em laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara

de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012, elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho. Também se optou por suprimir os centavos, simplificando a apresentação dos dados. Os valores estão demonstrados em milhares de reais.

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

Caixa e Equivalente de Caixa	R\$(mil)	
Descrição	2021	2020
Bancos Conta Movimento	77	98
Bancos Aplicação Financeira	28.460	25.325
Disponível para Aplicação Vinculada	189	222
Total	28.726	25.645

Fonte: Balço Patrimonial de 2021

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

2 - Créditos a Receber de Curto Prazo

a) Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946:

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;
- 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,
- 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.
- doações e legados;
- subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balço Patrimonial. Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentada em 31/12/2021, os montantes abaixo:

Créditos a Receber R\$(mil)

Descrição	2021	2020
Ativo Circulante		
Créditos do exercício	4.011	4.233
Créditos de exercícios anteriores	11.523	8.769
Parcelamento débitos	2.512	3.058
(-) Perda Estimada	- 12.271	- 9.957
Total	5.775	6.103

Descrição	2021	2020
Ativo Não Circulante		
Parcelamento débitos	1.731	2.221
Créditos de exercícios anteriores não executados	173	343
Dívida Ativa Executada	12.727	11.016
(-) Perda Estimada	- 13.607	- 12.494
Total	1.024	1.086

Fonte: Balço Patrimonial de 2021

b) Ajustes para perdas créditos.

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Perdas Estimativas de Créditos R\$ (mil)

Descrição	2021	2020
	Ativo Circulante	
Saldo Créditos de Curto Prazo	18.046	16.059
Percentual de Inadimplência	68%	62%
Cálculo de ajuste de perdas	- 12.271	- 9.956
Créditos líquidos a receber	5.775	6.103
Ativo Não Circulante		
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	14.631	13.580
Percentual de Inadimplência	93%	92%
Cálculo de ajuste de perdas	- 13.607	- 12.494
Créditos líquidos a receber	1.024	1.086

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

O percentual de inadimplência sofreu um aumento de 6 pontos percentuais, causados principalmente pela crise financeira que o país atravessou nos últimos dois anos. Visando minimizar este impacto foram adotadas medidas pelo sistema CFC/CRCs como o REDAM, programa que possibilitou o pagamento de débitos vencidos com redução de até 100% sobre multa de mora e juros e o parcelamento de débitos em até 18 vezes. Outra ação que cabe destaque foi a notificação de lançamento de débitos, enviada a 9.307 profissionais e 1.775 organizações contábeis que possuíam débitos vencidos dos exercícios de 2016 a 2021.

Nota Explicativa 3

3 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos.

Demais Créditos e Valores R\$ (mil)

Descrição	2021	2020
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	88	101
Tributos e Contribuições a Recuperar	38	2
Depósitos Restituíveis e Valores	1	1
Total	127	104

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em 30/12/2021 e participação dos funcionários no custeio do vale alimentação e vale transporte a ser descontado na folha de pagamento de janeiro de 2022.

b) Tributos e Contribuições a Recuperar

Compreende os valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade de cota parte repassada a maior e valores de imposto federal recolhido indevidamente aguardando restituição, conforme pedido a Secretaria da Receita Federal.

c) Valor relativo a depósito judicial de processo relativo à cobrança de iptu contra a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Nota Explicativa 4

4 - Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCPR, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Materiais de Consumo

Descrição	2021	2020
Materiais de Consumo	159	149

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2021 e os ajustes necessários à sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 5

5 - Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

VPD Antecipada

Descrição	2021	2020
Seguros de bens móveis	57	76
Seguros de bens imóveis	6	5
Assinaturas periódicas	5	6
Outras Variações Diminutivas Pagas	19	3
Total	87	90

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 6

6 - Investimentos, Imobilizado e Intangível.

a) Imobilizado

a.1) Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2012.

Por meio da Portaria nº 115/2021, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2021, são:

Móveis e Imóveis

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisições			Baixas		Saldo em 31/12/2021	Depreciação acumulada
		Compras	Incorporações	Alienação (vendês)	Desincorporação			
Móveis e Utensílios	945	31	0	0	23	953	778	
Máquinas e Equipamentos	514	10	0	0	19	505	297	
Instalações	164	0	0	0	14	151	130	
Utensílios de Copa e Cozinha	14	2	0	0	0	16	10	
Veículos	430	0	0	0	0	430	206	
Equip. Processam. de Dados	1.741	6	0	0	271	1.475	736	
Sede	12.861	0	483	0	0	13.344	2.452	
Subsedes/Salas	5.455	0	0	0	0	5.455	1.028	
Terrenos	6.242	0	0	0	0	6.242	0	
Total	28.366	49	483	0	327	28.571	5.637	

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Entre as aquisições mais relevantes no ano, destaca-se, na conta Móveis e Utensílios, a aquisição de móveis para a Divisão de Licitações e Contratos visando à readequação desta área do CRCPR, no valor de R\$ 25.154,93.

No exercício de 2021, foi realizada baixa de bens móveis inservíveis conforme a Deliberação CRCPR nº 030/2021 – Processo Sec. 01/2021, no valor de R\$ 326.739,74.

Foi incorporado, na conta Sede, a reforma realizada na sede do CRCPR na cidade de Curitiba, no valor de R\$ 483.384,97

a.2) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2010 foram avaliados por empresa especializada e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho CCI/CFC

nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro apostado no item anterior.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Depreciação

Descrição	Vida Útil	Valor Residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos (uso administrativo)	10 anos	10%
Veículos (uso fiscalização)	5 anos	10%
Equip. de Processamento de dados	5 anos	10%
Sist. de Proc. de Dados – Softwares (amortização)	5 anos	10%
Sede/ Subsede/Sala/Garagens	25 anos	10%

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

b) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

No exercício de 2021 foram adquiridas licenças dos softwares Adobe Creative Cloud for Teams, Microsoft Office 365 e do antivírus corporativo F-Secure, no valor total de R\$ 123.750,00

b.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

Nota Explicativa 7

7 - Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações, as quais são demonstradas por meio

de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Quadro 9: Obrigações Trabalhistas R\$ (mil)

Descrição	2021	2020
Pessoal a Pagar	154	269
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	163	173
Obrigações fiscais de curto prazo	5	14
Depósitos Consignáveis	151	191
Fornecedores	61	71
Total	534	718

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

Os valores retidos dos fornecedores são depositados em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da IN MPDG n.º 5/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a Instrução de Trabalho CCI/CFC n.º 029/2021.

Quadro 10: Contas a pagar/ Transferências legais e outras obrigações R\$ (mil)

Descrição	2021	2020
Contas a Pagar crédito de terceiros	6	4
Outras Obrigações	1	7
Total	7	11

O saldo da conta “Créditos de Terceiros” refere-se a boletos recebidos em duplicidade ou com valor a maior, os quais já tiveram os credores identificados e estão em processo de contato para a efetivação das devoluções. Também compõem esse grupo valores relativos a honorários de sucumbência oriundos de depósitos judiciais os quais são repassadas aos titulares da Assessoria Jurídica do CRCPR.

No grupo de contas “Outras Obrigações” constam o saldo de “créditos não identificados”, de boletos recebidos em duplicidade, valores não identificados ou recebidos a maior, os quais estão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira.

Nota Explicativa 8

8 – Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como “praticamente certa”. As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como “provável”, são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

- I Provisões Trabalhistas
- II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
- III Provisão da Cota Parte

I Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento:

Quadro 11: Provisões de Férias R\$ (mil)

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Provisão de férias	614	598
Encargos Sociais	188	183
Total	802	781

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores. Não há férias acumuladas e vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2021.

II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica. O Conselho possui processos avaliados como “praticamente certo”, “provável”, “possível” e “remota”, podendo ser para ganho ou perda. As situações de “praticamente certo” e “provável” estão representadas no Balanço Patrimonial e a situação “possível” está destacado nesta nota explicativa, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC n.º 1.180/09.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/ CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

O Conselho possui processos cíveis totalizando o montante de R\$ 45.487,11, com os graus de perda classificados como “praticamente certo” reconhecidos no Balanço Patrimonial.

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como “possível” e “remota” não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstram-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Quadro 12: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis R\$ (mil)

Descrição	2021		2020	
Processos trabalhistas				
Classificação	Quant	Valor	Quant	Valor
Possível	0	0	1	3
Praticamente certo	1	15	1	38
Remota	2	113	3	111
Soma	3	128	5	152
Processos cíveis				
Classificação	Quant	Valor	Quant	Valor
Praticamente certo	28	30	47	70
Possível	6	1.444	14	1.702
Remota	7	25	4	22
Soma	41	1.499	65	1.794

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

III Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC.

Quadro 13: Cota Parte R\$ (mil)

Descrição	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão da Cota Parte
Créditos a Receber - CP	5.775	1.155
Créditos a Receber - LP	1.024	205
Total	6.799	1.360

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 9

9 - Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Quadro 15: Patrimônio Líquido R\$ (mil)

Patrimônio Líquido	2021	2020
Resultado do Exercício	2.617	3.028
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	53.558	50.530
Total	56.175	53.558

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 10

10 - Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2021 foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 27.718.840,13.

Quadro 16: Resultado Financeiro R\$ (mil)

Resultado Financeiro	2021	2020
Ativo Financeiro	28.941	25.838
(-) Passivo Financeiro	1.222	1.273
Superávit	27.719	24.565

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

Metodologia de cálculo R\$ (mil)

Ativo Financeiro	2021	2020
Ativo circulante	34.875	32.090
(-) créditos de curto prazo	-5.775	-6.103
(-) estoques	-159	-149
(=) Valor do Ativo Financeiro	28.941	25.838
Passivo Financeiro	2021	2020
Passivo circulante	2.781	3.087
(-) Pessoal a Pagar e Benefícios	-154	-269
(-) Provisão p/riscos trabalhistas e cíveis	-45	-107
(-) Provisão de cota-parte	-1.360	-1.438
(=) Valor do Passivo Financeiro	1.222	1.273
Superávit Financeiro	27.719	24.565

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 11

11 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Quadro 17: Resultado Patrimonial Resultado Financeiro R\$ (mil)

Resultado Patrimonial	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	44.362	33.721
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	41.745	30.693
Superávit	2.617	3.028

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2021	2020
Ativo Financeiro	28.941	25.838
Ativo Permanente	30.016	30.959
ATIVO (I)	58.957	56.797
Passivo Financeiro	1.222	1.273
Passivo permanente	1.560	1.966
PASSIVO (II)	2.782	3.239
Saldo Patrimonial acumulado (I-II)	56.175	53.558

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

Nota Explicativa 12

12 - Balanço Financeiro

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Nota Explicativa 13

13 - Balanço Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCPR para o exercício de 2021 foi aprovado por meio da Resolução nº 821/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 04 de novembro de 2020

no valor de R\$ 19.595.945,00 e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se de superávit financeiro de exercício anterior no valor de R\$ 3.850.000,00 e o valor de R\$ 825.000,00 provenientes da utilização do excesso de arrecadação do exercício, totalizando em R\$ 20.420.945,00

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 3.151.019,13

Quadro 18: Resultado Orçamentário

	R\$ (mil)	
Resultado Patrimonial	2021	2020
Receitas (corrente + capital)	22.632	18.597
Despesas (corrente + capital)	19.481	15.985
Superávit/Déficit	3.151	2.612

Fonte: DVP e Balanço Patrimonial 2021

Nota Explicativa 14

14 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. Até o dia 31 de dezembro, os valores inscritos totalizaram R\$ 382.909,66.

Nota Explicativa 15

15 - Demonstração do Fluxo de Caixa

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos. No CFC, inclui ainda a concessão e amortização de empréstimos e outras operações da mesma natureza.
- O fluxo de caixa dos financiamentos inclui à captação de recursos relacionados a empréstimos obtidos junto ao CFC, bem como, a amortização desses empréstimos.

Nota Explicativa 16

16 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2022.

Contador **Laudelino Jochem**
Presidente do CRCPR
CRCPR-044143/O

Contador **Valdair de Souza**
CRCPR-035000/O